

**Fundação Persu Abramo**  
Instituída pelo Diretório Nacional do  
Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

**Diretoria**  
Hamilton Pereira (presidente)  
Ricardo Azevedo (vice-presidente)  
Selma Rocha (diretora)  
Flávio Jorge Rodrigues da Silva (diretor)

**Rosa Luxemburg Stiftung**

**Diretor no Brasil**  
Joachim Wähl  
(até dezembro de 2004)  
Gert Peuckert  
(a partir de janeiro de 2005)

**Editora Fundação Persu Abramo**

**Coordenador Editorial**  
Flammarion Maués  
**Editora-Assistente**  
Candice Quinelato Baptista  
**Assistente Editorial**  
Viviane Akemi Uenura

**Revisão**

Márcio Guimarães Araújo – Eloísa Aragão

**Capa**

Marc Magnum

**Imagem da capa**

*Subúrbio carioca*, Di Cavalcanti (com permissão da família do autor)

**Editoração Eletrônica**

Enrique Pablo Grande

Editora Fundação Persu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234

CEP 04117-091 – São Paulo – SP – Brasil

Telefone: (11) 5571-4299

Fax: (11) 5571-0910

Na Internet: <http://www.fpubramo.org.br>

Correio eletrônico: [editora@fpabrmo.org.br](mailto:editora@fpabrmo.org.br)

Março de 2005

Copyright © 2005 by Autores

Direitos desta edição: Editora Fundação Persu Abramo

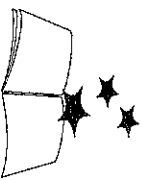
ISBN 85-7643-016-9

Gustavo Venturi, Vilma Bokany, Rosana Heringer,  
Rosane da Silva Borges, Douglas Martins de Souza,  
Adilton de Paula, Andressa Ferreira de Martini,  
Juliana Francine da Silva, Ana Lúcia Silva Souza,  
Juarez Tadeu de Paula Xavier,  
Joenia Batista de Carvalho e Nadia Brol

Gevanilda Santos e Maria Palmira da Silva  
(organizadoras)

## RACISMO NO BRASIL

### PERCEPÇÕES DA DISCRIMINAÇÃO E DO PRECONCEITO RACIAL DO SÉCULO XXI



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

rs

## PREFÁCIO

- 103 Os sentidos da prática de lazer da juventude negra  
ANA LÚCIA SILVA SOUZA
- 111 Limites conceituais no estudo das religiões afrodescendentes  
JUAREZ TADEU DE PAULA XAVIER
- 119 Identidade e discriminação da população indígena  
JOENIA BATISTA DE CARVALHO
- 125 “Grupos de ódios” na sociedade alemã: uma pesquisa quantitativa  
sobre xenofobia e heterofobia  
NADIA BROL.
- 129 Síntese dos principais resultados da pesquisa “Discriminação racial  
e preconceito de cor no Brasil”
- 175 Índice dos quadros

Este livro reúne vários artigos e diferentes leituras da pesquisa nacional “Discriminação racial e preconceito de cor no Brasil”, realizada em 2003 pela Fundação Perseu Abramo (FPA), por meio de seu Núcleo de Opinião Pública, em parceria com a fundação alemã Rosa Luxemburg Stiftung.

A pesquisa é resultado do esforço da Fundação Perseu Abramo em trazer a percepção das desigualdades sociorraciais, com o intuito de divulgar os dados levantados nacionalmente e aprofundar as reflexões sobre o racismo com base nas percepções que os brasileiros têm da discriminação e do preconceito racial no limiar do século XXI.

Esta obra, inovadora por se dedicar ao tema do racismo dando novos sentidos aos dilemas e situações da população negra e indígena, também dialoga com o dilema da xenofobia na sociedade alemã. Em tal aspecto, tangencia o debate sobre o ressurgimento do racismo nas sociedades contemporâneas e chama a atenção para o risco que a xenofobia impõe à atual fase da globalização.

É uma obra contemporânea porque, além de disponibilizar dados e mapear o racismo brasileiro, pode ser de grande utilidade para a orientação dos gestores públicos no trabalho de planejamento de políticas sociais de promoção da igualdade de condições para todos os segmentos raciais. É igualmente valiosa para a sociedade civil porque traz novos elementos e proposições que podem contribuir para o Movimento Social Negro dinamizar suas estratégias de intervenção política em relação a seus próprios ativistas, ao espaço acadêmico, aos legisladores e aos governantes em seu propósito de combater o racismo.

A presente obra reúne um conjunto de pesquisadores de diversas localidades do país que representam o pensamento dos mais variados centros universitários brasileiros. Os artigos aqui agrupados não esgotam a temática racial, mas instigam o leitor a novas leituras e sínteses: pois, sem dúvida, os autores são referências nacionais, com estreito vínculo afetivo e político com as lutas sociais de combate ao racismo e pela defesa dos direitos humanos.

Maria Palmira da Silva se debruçou sobre o instigante tema das identidades raciais brasileiras. Sua análise sugere que a identidade de cada um ou coletiva é um processo social derivado do reconhecimento público que os integrantes de um grupo social conseguem alcançar em dado momento histórico. Ela enfatiza que a identidade resulta de um processo que engloba a dinâmica da relação indivíduo-sociedade. As lições políticas decorrentes de sua análise orientam os indivíduos, o leitor e a coletividade, ou o Movimento Social Negro, a utilizar o fortalecimento da identidade racial brasileira como uma possibilidade de enfrentamento da discriminação racial.

Este enfrentamento apóia-se nos dados da pesquisa, que permitiu concluir: "não existe maioria de pessoas brancas no Brasil"; "a cor branca não delimita mais o perfil da maioria da população brasileira"; e, finalmente, "a pesquisa da FPA revela que nos últimos anos houve diminuição no número de pessoas que se assumiam espontaneamente como morenas".

Gevanilda Santos apresenta em seu artigo os meandros da cultura política de negação do racismo e chama a atenção para o paradoxo do racismo brasileiro e os sentidos contraditórios que se interpoem na desconstrução desse fenômeno, principalmente o designado racismo institucional. A essa tarefa precede a compreensão do papel do preconceito, da discriminação e do racismo, que é incluir a população negra de forma subalterna na sociedade de classes. A autora aponta a importância da pesquisa da FPA, que evidencia novos números e aguçava os sentidos contra a visão que tende a naturalizar a posição subalterna dos negros, impedindo a compreensão de que a subalteridade é uma desigualdade de condição social imposta historicamente a este segmento populacional.

A naturalidade ou a despreocupação com os efeitos sociais do racismo explica a cultura política de negação do racismo, muito embora de forma geral os brasileiros reconheçam que algo impede a mobilidade ascendente da população negra. Gevanilda Santos enfatiza que o insultuoso desse fato é o não-reconhecimento no cotidiano institucional de políticas públicas de superação do racismo.

A desconstrução do racismo institucional é um tema que deve ser pautado na agenda social do século XXI. O Movimento Social Negro — protagonista dessa tarefa — tem nos dados da pesquisa da FPA um instrumento auxiliar, pois esta aponta o aumento do interesse por uma cultura política de participação capaz de

ampliar o diálogo entre sociedade civil e Estado na perspectiva de implementar uma política pública de promoção da igualdade racial.

Rosana Heringer traz um contundente posicionamento ao debate em curso sobre as políticas afirmativas para a população negra. A partir da pesquisa da FPA, destaca os diferentes posicionamentos e opiniões, sobretudo o caráter ainda não consensual deste debate. Em seu texto, Rosana afirma que é crescente o número de opiniões favoráveis a essas políticas, embora haja nuances condicionadas por escolaridade, pertencimentos raciais e gênero, entre outros, e analisa a polémica entre o argumento da igualdade de oportunidade *versus* a meritocracia, caracterizando o que pensam os favoráveis e os contrários à política de ação afirmativa no Brasil. Tais considerações evidenciam o limite do caráter universalista na área educacional e no mercado de trabalho, o que justifica medidas de reserva de vagas para dinamizar o acesso da população negra a esses setores.

Rosane da Silva Borges apresenta em seu artigo um estudo da situação da mulher negra a partir da centralidade do componente racial e de gênero, por ela denominado transversalidade. Trata-se de uma metodologia fundamental para se falar dos atributos responsáveis pela exclusão histórica da mulher negra. Rosane alerta para a vulnerabilidade deste segmento social para o turismo sexual, principalmente quando coincidem os fatores de raça, gênero e desigualdade regional, situação que impõe o subemprego às mulheres negras do Norte e do Nordeste.

A leitura dos dados da pesquisa aponta que a mulher negra tem algumas vantagens no atributo educação, o que não implica maior renda. Em geral, a mulher negra está no serviço doméstico, setor que não representa prestígio e em que não há concorrência. É o segmento que mais sofre discriminação institucional no campo da saúde, quando é preferido no atendimento direto dos hospitais públicos. Rosane da Silva Borges afirma, ainda, que as informações da pesquisa, além de focar as desigualdades raciais e de gênero, baliza iniciativas das organizações autônomas de mulheres negras e políticas públicas.

Douglas Martins de Souza, com o olhar do gestor público, traz questionamentos ao dever do Estado de promover a segurança pública no contexto de uma sociedade que discrimina. Para ele, o Estado brasileiro configurou uma política institucional informal que discrimina o negro por meio da atuação policial. Esta forma indireta de discriminação foi confirmada na pesquisa, que identifica a Polícia Militar como a que mais discrimina.

O artigo de Souza explicita que é a irresponsabilidade ou a omissão dos dirigentes das corporações militares diante dessa situação que configura uma política de extermínio que incide mais fortemente sobre a juventude negra. A omissão em suas palavras, é o elemento principal do racismo institucional. E, conclui, no

contexto de uma sociedade democrática, é preciso forjar uma nova política de segurança pública que seja anti-racista e respeite a diversidade humana.

A saúde da população negra é outro tema de autoria de Maria Palmira da Silva, que demonstra, por intermédio dos resultados da pesquisa da FPA, que o Sistema Único de Saúde (SUS) é o principal recurso que a população negra dispõe para realizar tratamentos de saúde. Contudo, segundo os dados levantados, a população negra tem mais dificuldade no acesso aos serviços de saúde. Esta perspectiva vem assentada nos dados que apontam o alto grau de queixas que homens negros e mulheres negras fazem sobre o atendimento médico-hospitalar nos serviços públicos de saúde. Dirigindo um breve olhar para o tema da afetividade captado pela pesquisa da FPA, Maria Palmira coloca em discussão o quanto o racismo desestabiliza a saúde emocional de homens negros e mulheres negras em nossa sociedade. Ao refletir sobre os resultados que a pesquisa traz acerca da sexualidade, revela existir uma tendência mais elevada de relacionamentos mistos entre a população de cor preta quando comparamos com os outros segmentos entrevistados na pesquisa. Entre outros aspectos, o texto analisa a situação conjugal e destaca as especificidades da saúde da mulher negra, demonstrando as condições especiais de agravo que têm contribuído para a redução da expectativa de vida da população negra em nosso país.

Adilton de Paula propõe em seu artigo "educar o Brasil com raça", de forma a promover a igualdade entre os segmentos sociais. Discorre sobre as armadilhas do racismo no sistema educacional brasileiro e afirma que é preciso desconstruí-las e posteriormente fazer uma nova pedagogia. Tal novidade é conceituada pelo autor como "pedagogia multirracial e popular".

O artigo de Andressa Ferreira de Martini e Juliana Francine da Silva focaliza a questão da discriminação no mercado de trabalho. As autoras demonstram que as relações equânimes não orientam a entrada de brancos e negros no mercado de trabalho. Além da "inserção precarizada no mundo do trabalho", os dados analisados por ambas demonstram que, a despeito de começar a trabalhar precocemente e enfrentar uma jornada de trabalho mais longa, a população negra recebe uma renda mensal inferior ao ganho da população branca. O texto mostra também que é alto o índice de pessoas negras que declararam já terem sido discriminadas no ambiente de trabalho. Mas, conforme os dados apresentados até aqui, nossa sociedade não tem aplicado nenhuma punição ao sujeito que discrimina. Posteriormente, o artigo explicita o grau de concordância de nossa sociedade em relação às políticas de ações afirmativas, demonstrando, ainda, que a curto prazo esta medida é fundamental para construir um horizonte de condições sociais mais equânimes entre brancos e negros no mercado de trabalho.

Ana Lúcia Silva Souza propõe em seu artigo uma reflexão que nos permite olhar o tema da juventude para além da homogeneização da questão focada, destacando os novos sentidos de lazer, os quais são capazes de identificar as singularidades da juventude negra. Sua análise detecta aspectos que revelam diferenças na prática de lazer do jovem branco e do jovem negro. Em geral, ambos estão ligados às práticas de entretenimento e afetividades em detrimento das atividades físicas, manuais ou turísticas. Porém, a situação econômica, a preferência musical e a percepção da violência urbana são fatores sociais importantes, segundo Ana Lúcia, para diferenciar o papel do lazer na vida dos jovens. Os dados da pesquisa considerados por ela sugerem que o poder de consumo relativo à opção de lazer da juventude negra é condicionado por sua situação econômica.

Juarez Tadeu de Paula Xavier propõe em seu artigo novos desafios metodológicos para o estudo dos fenômenos religiosos, considerando a complexidade multirracial de nossa sociedade. O conceito de religião afrodescendente apresentado pelo autor se assemelha a um grande guarda-chuva que procura dar conta do complexo universo da religiosidade declarada por negros no Brasil. Xavier afirma, apoiado na pesquisa da FPA, que é urgente superar a taxologia metodológica consagrada pelos estudos anteriores. O sincretismo forjado em sociedade multirracial e dinâmica como a nossa faz expandir a presença das religiões de matriz africana, tanto no sentido leste-oeste, com forte expressão nas regiões Norte e Nordeste, como no sentido norte-sul, definindo uma proximidade com o catolicismo e caracterizando o que ele denomina religiões afro-brasileiras, com forte presença nas regiões Sul e Sudeste.

Para o autor, as manifestações religiosas denominadas afro-brasileiras ou de matriz africana apresentam características originais, aculturadas ou reinventadas que se inter cruzam a todo o momento.

Na relação com as demais religiões, elas enfrentam um ambiente hostil, situação de discriminação e estereotípiia decorrente do preconceito racial. A maior implicação desse fato é a hegemonia das igrejas católica e evangélica, como demonstra a pesquisa da FPA. O impacto na sociedade dimensiona dois fatores, ainda segundo a pesquisa: a categorização da religiosidade afro-descendente como setas religiosas e a dissimulação da crença como forma de proteção.

Em tempos de intolerância relativa às diferenças étnicas e culturais, Xavier chama a atenção para o rompimento com os limites conceituais utilizados pelos estudiosos do tema para que se possa compreender melhor os fenômenos religiosos afrodescendentes, cuja dimensão é nacional, nos meios rural e urbano, e podem ser localizados em todos os níveis de escolaridade e renda.

Joenia Batista de Carvalho aponta em seu artigo o importante debate da garantia dos direitos da população indígena como pressuposto fundamental para a preservação da identidade racial e cultural dos 220 povos ainda existentes, que somam aproximadamente 400 mil brasileiros. Os desafios postos à preservação da identidade indígena devem, acima de tudo, respeitar e considerar a natureza coletiva de seu modo de vida.

Joenia defende a representação dos interesses da comunidade indígena como condição necessária no processo de implementação das políticas públicas em curso nos campos da educação, da saúde, da defesa da terra e do desenvolvimento econômico.

Tais desafios, instigados pelos dados da pesquisa da FPA, denunciam o desconhecimento da maioria da sociedade brasileira sobre a desigualdade social que atinge a população indígena, o que contribui para disseminar a discriminação, o preconceito, a intolerância e numerosos casos de desrespeito aos direitos da população indígena.

Por fim, Nadia Brol nos traz o cenário da xenofobia na Alemanha reunificada a partir dos dados da pesquisa da FPA, que apañou mais o sentimento de aversão ou medo do que práticas discriminatórias. Diante desse quadro, conceitua a noção "grupo de ódio" como o sentimento de aversão ou antipatia às pessoas drogadas, extremistas de direita e imigrantes pobres.

A autora destaca, com base nos dados levantados, que a razão desta antipatia não se deve às diferenças étnicas e culturais, e sim ao sentimento de incerteza decorrente da globalização, que coloca frente a frente diferentes etnias que concorrem por estabilidade econômica.

Antecede os artigos aqui mencionados uma introdução à pesquisa, escrita por Gustavo Venturi e Vilma Bokany, respectivamente coordenador e analista do Núcleo de Opinião Pública da FPA. Na parte final, encontram-se tabelas e gráficos dos principais resultados da pesquisa "Discriminação racial e preconceito de cor no Brasil".

A proposta deste livro é disponibilizar ao leitor uma reflexão acerca das desigualdades raciais brasileiras a partir da junção de dois aspectos importantes: os resultados da pesquisa quantitativa realizada pela FPA e a análise qualitativa que sintetiza a experiência de conhecimento, acadêmico e político, de novos pesquisadores que vêm despertando no cenário da pesquisa. Esperamos que o ponto de encontro das duas perspectivas de pesquisa estreite o vínculo entre teoria e história e contribua para a implementação de políticas públicas de promoção da igualdade racial na sociedade brasileira.

Axé,  
Gevanilda Santos e Maria Palmira da Silva

## PESQUISANDO DISCRIMINAÇÃO INSTITUCIONAL E IDENTIDADE RACIAL

### CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

GUSTAVO VENTURI

Doutor em ciência política e mestre em sociologia, coordenador do Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo e diretor da Criterium Assessoria em Pesquisas.

VILMA BOKANY

Analista do Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo.

A pesquisa "Discriminação racial e preconceito de cor no Brasil" surgiu de uma iniciativa da Fundação Perseu Abramo (FPA) em parceria com a fundação alemã Rosa Luxemburg Stiftung. Teve como preocupação central investigar a percepção da desigualdade racial e do racismo no país e, paralelamente, contribuir para um estudo comparativo entre o racismo no Brasil e o problema da xenofobia na Alemanha<sup>1</sup>. Buscou não apenas mensurar expressões objetivas da discriminação racial, mas sobretudo captar a consciência das populações branca e não-branca (negra, indígena, oriental e miscigenada) sobre o preconceito de cor e sua experiência com práticas discriminatórias que têm se perpetuado como componentes estruturantes da desigualdade social no Brasil, constituindo fortes entraves para a conquista da cidadania plena por parte do conjunto da população.

Com o propósito de atualizar e ampliar o debate e de aprofundar o conhecimento sobre o imaginário social brasileiro em relação à desigualdade racial, o planejamento desse projeto – como tem sido hábito em estudos desenvolvidos pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo – apoiou-se em seminários de consulta a entidades e pessoas com acúmulo teórico e/ou de intervenção social relativos à questão em foco, realizados entre maio e julho de 2003. Obtivemos assim a fundamental colaboração de representantes de mais de 30

1. Sobre a xenofobia no Brasil, ver comentário ao final deste artigo e, sobre os resultados na Alemanha, ver artigo de Nadia Brol, neste volume: "Grupos de ódio na sociedade alemã".

organizações e militantes comprometidos com o combate à discriminação racial – mencionados nos agradecimentos deste livro –, cuja participação permitiu um rico processo de discussões, definição de temas, opções metodológicas, enfim, de criação coletiva, que antecedeu os trabalhos de campo.

Dentre muitas decisões tomadas, via de regra consensualmente, duas merecem destaque: a escolha da discriminação institucional como problema central a ser investigado e a forma como seria abordada a questão da identidade racial – a princípio um problema de ordem conceitual, mas com implicações metodológicas e operacionais que se tornaram evidentes no decorrer dos debates. No plano do conteúdo, optou-se por retomar uma escala de manifestação indireta de preconceito de cor aplicada em pesquisa do Instituto de Pesquisas Datafolha em abril de 1995<sup>2</sup>, a despeito da crítica a aspectos presentes em sua construção<sup>3</sup>, considerando-se sua reutilização importante por possibilitar uma análise longitudinal do problema, passados oito anos daquele estudo<sup>4</sup>. Ao mesmo tempo, decidiu-se que a ênfase principal da nova investigação não estaria no preconceito de cor – no limite, um problema no âmbito das relações privadas, interpessoais –, mas sim na tentativa de captar expressões de discriminação institucional, ou seja, quando a desigualdade racial se manifesta na diferença de acesso e tratamento nas instituições, no âmbito dos direitos e do espaço público.

2. Considerando que os entrevistados não assumiriam abertamente seus preconceitos, o questionário trouxe 12 questões especificamente voltadas para a aferição indireta de preconceito de cor, compostas por uma bateria de sete frases, em sua maioria propositalmente preconceituosas, presentes na linguagem cotidiana da população, para as quais mediram-se graus de concordância e discordância: uma pergunta sobre a crença na diferença de inteligência entre negros e brancos, outra sobre a disposição de votar e o retrospecto de voto em políticos negros, e finalmente três enunciados hipotéticos sobre (a) ser chegado/a no trabalho por pessoa de outra raça/cor, (b) ter vizinhança predominantemente de famílias de outra raça/cor e (c) um filho ou uma filha casar com pessoa de outra raça/cor, indagando-se sobre a aceitação ou reação às situações descritas. Essas 12 variáveis compuseram um algoritmo construído em 1995 pelo Instituto de Pesquisas Datafolha a partir da pontuação das respostas e a fórmula de cálculo do grau de preconceito, a fim de atingir a manifestação indireta de preconceito de cor por meio de duas escalas – a rigorosa, composta pelos 12 itens, e a complacente, composta por cinco destes itens (ver quadro 29). Sua reaplicação teve como finalidade medir a evolução desse indicador de preconceito no período que separa as duas investigações.

3. A crítica principal refere-se ao critério de considerar não preconceituosas as respostas favoráveis à miscigenação racial, sendo que no início do século xx teóricos brasileiros com inspiração eugênica, como Euclides da Cunha, Oliveira Vianna e Silvio Romero, defenderam a estratégia do branqueamento para, conforme supunham, elevar o grau de civilização da sociedade brasileira. Ainda se questiona se o uso de frases preconceituosas para a construção da escala de manifestação indireta de preconceito de cor não reforçaria o problema que – ao fim e ao cabo, a investigação dessa questão e a denúncia sobre sua gravidade, expressas nos dados obtidos –, gostaria de combater. Sobre esta polêmica, surgida já por ocasião da divulgação da pesquisa do Datafolha, ver Venturi, 1995.

4. Pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisas Datafolha, em abril de 1995, com a população acima de 15 anos, residente nas áreas urbanas do país. Publicado em Turra e Venturi, 1995.

Assim, o questionário foi ampliado para além da captação do preconceito de cor e de indicadores objetivos de inclusão/exclusão social: buscou-se mensurar a percepção da discriminação racial nos contextos da escola, do mercado de trabalho, dos aparelhos de saúde, em espaços de lazer, no acesso à Justiça e no trato com a polícia, e ainda atualizar e desenvolver a investigação sobre políticas de ações afirmativas. Do ponto de vista amostral, a presente pesquisa da Fundação Perseu Abramo também foi mais longe, cobrindo não apenas a população acima de 15 anos de idade residente nas áreas urbanas, como fizera o estudo do Datafolha, mas também a das áreas rurais, onde foram distribuídas 19% das 5.003 entrevistas, realizadas entre 15 de setembro e 6 de outubro de 2003, dispersas em 834 setores censitários, pertencentes a 266 municípios de 25 unidades da Federação<sup>5</sup>.

Uma primeira leitura geral dos dados levou-nos às observações que sintetizamos a seguir, originalmente publicadas na revista *Teoria e Debate*:

(1) Houve uma pequena queda do *preconceito de cor* no país, que ainda permanece em patamar intolerável. No levantamento atual, a taxa de manifestação indireta do preconceito encontrada na população urbana<sup>6</sup> foi de 74%, ante 87% que, segundo a mesma escala, oito anos antes, concordaram com um ou mais juízos generalizantes e estereotipados sobre populações diferenciadas pela cor da pele. Não só a *não-manifestação* de preconceito dobrou nesse período (de 13% para 26%), como subiu a taxa de preconceito *leve* (de 36% para 50%), caindo as do preconceito *forte* (de 4% para 1%) e do *médio* (de 47% para 23% – ver quadro 44). Aparentemente, portanto, caminhou-se em uma direção positiva, tendência observada também em relação à pergunta direta: se hoje apenas 4% dos brasileiros de cor não-preta assumem ter preconceito contra negros, em 1995 essa taxa era de 10% (ver quadro 27).

5. Amostra probabilística, com sorteio de municípios, setores censitários e domicílios, combinada com controle de cotas de sexo e idade na seleção dos indivíduos. Ampará e Roraima foram excluídos em virtude do seu custo de cobertura em relação ao peso populacional. Das 5.003 entrevistas, consideram-se os critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para definição de raça ou cor: autodeclaração obtida por meio da pergunta estimulada “O senhor/dia que sua raça ou cor é branca, preta, parda, indígena ou amarela?”, ao fim da pesquisa apuraram-se 45% de brancos (2.270 entrevistados), 34% de pardos (1.704 entrevistados), 16% de pretos (779 entrevistados) e 4% de indígenas (219 entrevistados), 1% de amarelos e outros (ver quadro 18).

6. Correspondente a 81% da população brasileira acima de 15 anos, isolada para efeito de comparação com o estudo do Datafolha. Para o total da população, incluída a rural, a manifestação indireta de preconceito de cor atinge 75%.

A questão de fundo está em saber se a queda desses índices reflete uma mudança real de atitude das pessoas ou se se trata de mudança apenas retórica, expressão de maior preocupação com o discurso “politicamente correto” — ou ainda se o preconceito racial está mudando de feição, buscando subterfúgios mais sutis, e a escala utilizada na pesquisa é que estaria se tornando insuficiente para captá-lo. Sem descartar a terceira alternativa — cujo desafio metodológico é desenvolver novos instrumentos, sensíveis a eventuais novas formas de expressão do preconceito de cor —, as duas primeiras hipóteses são antes complementares que excludentes.

Nos oito anos que separaram um estudo de outro, ao menos dois fatores podem ter concorrido para uma mudança efetiva de atitude ante essa questão: mudou a presença dos negros na mídia (outra vez de forma ainda bastante deficiente, mas perceptível), em quantidade e qualidade — seja por pressão de militantes contra o racismo, seja porque o “mercado” se deu conta do potencial de consumo de camadas médias da população afrodescendente —, contribuindo tanto para a auto-estima como para a valorização social da imagem dos negros. Por sua vez, a revisão de diretrizes do Ministério da Educação e Cultura (Parâmetros Curriculares Nacionais), a partir de 1995, por força da intervenção persistente dos movimentos negro e de mulheres, e a decorrente submissão dos livros didáticos ao crivo de pareceristas atentos a conteúdos preconceituosos e a manifestações de discriminações racial e de gênero atingiram justamente parte do contingente, hoje jovem, que manifesta menos preconceito de cor — antes criança, ausente no estudo do Datafolha.

Em outras palavras, há fatos que combinam com os dados obtidos na sustentação da tese de que houve redução real do preconceito de cor no país — evidências compatíveis, desde logo, com a idéia de que a crítica e o debate sobre o racismo aumentaram nos últimos anos, contribuindo para a expansão de uma retórica politicamente correta. A verdade é que mesmo que o sujeito de um discurso não-preconceituoso não partilhe efetivamente dos valores que anuncia, o simples fato de se ver compelido a coibir suas convicções preconceituosas é um avanço. Primeiro como expressão de uma sociedade que está mais atenta para essa questão, fazendo que as pessoas preconceituosas se sintam acuadas. E, sobretudo, porque, para se reproduzir socialmente, o preconceito precisa se manifestar tanto nos espaços privados, como a família, quanto nos espaços públicos — no trabalho, na escola, na imprensa etc. —, e se há um cerco social contrário a sua manifestação, o preconceito se reproduzirá em menor escala. De uma forma ou de outra, portanto, a sociedade brasileira dá mostras de ter avançado — pouco, mas avançou — ao manifestar menos preconceito de cor.

(2) No que diz respeito à *discriminação racial institucional*, os dados obtidos na pesquisa da FPA apontaram taxas relativamente baixas, sugerindo, à primeira vista, tratar-se de um problema menor que o suposto. Porém, um olhar mais atento adverte que não é bem assim, a começar pelo fato de que a declaração dos entrevistados de cor preta de que foram discriminados em qualquer das esferas públicas investigadas foi sempre ao-menos cerca de três vezes superior à dos brancos. Perguntados se alguma vez já haviam se sentido discriminados por causa de sua cor ou raça (inicialmente sem o estímulo ou lembrança de qualquer contexto potencialmente discriminatório), 13% dos respondentes, na média nacional, disseram que sim — taxa que variou de 7% para a população branca a 30% entre os da cor preta, sendo de 12% para os pardos e de 19% para os indígenas (ver quadro 36).

A seguir foram feitas perguntas específicas sobre a experiência de discriminação racial em cinco diferentes espaços sociais: o mercado de trabalho (8%), a escola (7%) e a relação com a polícia (6%) obtiveram taxas um pouco mais altas de discriminação percebida; os equipamentos de saúde (3%) e os espaços de lazer (3%) ficaram com taxas menores (ver quadro 38). Aparentemente baixas, as respostas positivas à vivência de discriminação em uma ou mais dessas situações, quando combinadas com a declaração espontânea, levaram à constatação de que 22% da população brasileira já sofreu discriminação racial (e a perceberam como tal) em ao menos uma dessas instituições: ou na relação com seus agentes. Entre os brancos está o menor índice (16%), entre os pardos uma taxa próxima (19%), entre os indígenas a taxa intermediária (28%) e entre os de cor preta o índice mais elevado (43%), chegando a quase metade desse segmento populacional e a cerca do triplo do declarado pelos brancos (ver quadro 35).

Cabem ainda duas observações sobre os patamares de discriminação institucional aferidos: primeiro, o fato de que em todos os espaços só poderia ter se sentido discriminado(a) quem teve a oportunidade de frequentá-los (exceção, em parte, para a relação com a polícia), o que significa que, computada a exclusão absoluta (dos que nunca tiveram acesso à educação formal, por exemplo), as taxas reais de discriminação certamente são maiores que as encontradas. Em muitas vezes as exclusões são “auto-impostas”, como quando se evita frequentar locais, a exemplo de espaços de lazer, sabendo-se de antemão que a recepção será negativa. Segundo, não se deve perder de vista que se trata de taxas de *percepção* do problema — uma medida subjetiva, portanto, dependente de consciências críticas —, e não de aferições objetivas de sua extensão. Os movimentos de emancipação (mulheres, negros, homossexuais etc.) sabem das dificuldades da passagem de uma perspectiva moral heterônoma, de uma visão de mundo conformista — por meio da qual se tende a ver com naturalidade relações cotidia-

nas de opressão — para um estado de consciência autônoma, quando se percebe a historicidade dessas relações e a possibilidade de transformá-las.

(3) Em relação às *ações afirmativas*, a pesquisa da FPA obteve respostas contraditórias sobre as políticas de cotas, em parte ao sabor da formulação das perguntas — o que sugere estar em ebulição o processo de formação de correntes de opinião sobre o tema.

A reaplicação de pergunta utilizada na pesquisa do Datafolha, referida simultaneamente à reserva de vagas nas universidades e no trabalho, apontou um crescimento da tendência favorável às cotas: de uma opinião pública dividida, aferida em 1995 (48% a favor e 49% contra), passou-se a um apoio majoritário: 59% a favor das cotas (68% entre os de cor preta, antes 55%), 36% contra (39% entre os brancos, antes 46% — ver quadros 52 e 53). Ao mesmo tempo, se restrita a pergunta à reserva de vagas nas universidades e diante de outras alternativas, o apoio a cotas para estudantes oriundos das escolas públicas, independentemente da cor ou raça, prevalece (59% a 14%) em relação à reserva de vagas para estudantes negros (22% são meritocráticos, opondo-se a qualquer tipo de cota), com taxas praticamente idênticas em todos os grupos raciais. Ainda que a alternativa escolhida pela maioria também seja focal (voltada a estudantes de famílias com menor renda) e contemple assim, de alguma forma, maior participação de negros nas universidades, é algo diferente da defesa de cotas específicas para negros (ver quadro 54).

Completando o quadro de razoável inconsistência das respostas, diante de uma terceira pergunta, a preferência por alternativas universalistas sai à frente de propostas focais: a maioria avalia que para diminuir a desigualdade entre brancos e negros que chegam às universidades é preferível melhorar a escola pública, dando mais oportunidades a todos (53%), ou abrir mais vagas nas faculdades para diminuir a concorrência (24%), a oferecer cursos pré-vestibulares gratuitos para estudantes negros (13%) ou reservar parte das vagas para estudantes negros (7% do total, 9% entre os de cor preta — ver quadro 54).

A mesma oscilação é observável quando a questão se refere a cotas no campo do trabalho: por um lado, 52% são a favor da reserva de vagas para negros nas empresas e nos serviços públicos (56% entre os de cor preta) e 40% são contra (45% dos brancos — ver quadro 56). Por outro, a maioria avalia que para combater a discriminação e a desigualdade racial no mercado de trabalho a prioridade do governo deve ser a criação de mais empregos, dando mais oportunidades a todos, negros ou não (57%), antes das alternativas focalistas sugeridas, como cursos, créditos, descontos fiscais e cotas para a inclusão de negros (ver quadro 62).

Ambigüidades à parte, a pesquisa revelou que os argumentos tanto dos que defendem como dos que rejeitam a política de cotas envolvem, na maioria

das vezes, um princípio moral comum: a defesa da igualdade de direitos. *Grosso modo*, os que defendem as cotas as vêem como instrumento para enfrentar as desigualdades de oportunidades entre brancos e negros — desigualdades muito objetivas que políticas públicas formalmente universais, que vigoraram desde a abolição da escravidão, não foram capazes de superar. E os que argumentam contra as cotas afirmam que, por sermos iguais, todos devem ter os mesmos direitos e, portanto, os negros não devem ser tratados de forma diferente. Se por um lado isso torna a discussão mais complexa, em que nem tudo é preto no branco, também torna factível o alcance de um consenso, na medida em que a maioria dos que se alinham de um e de outro lado partilha de um mesmo campo de valores. Afinal, se a divergência fosse entre opositores e defensores da discriminação racial, então, não haveria espaço para o diálogo. Se a meta comum é a igualdade de direitos e oportunidades para todos — negros(as), brancos(as) e índios(as) —, a divergência maior está “apenas” em como atingi-la?

Mas, afora conclusões, cabem aqui algumas considerações sobre a discussão que mais se estendeu nos seminários de planejamento, em meados de 2003, na sede da FPA: o problema central da *identidade racial*. Logo no início, o debate a respeito se impôs ante a necessidade — do ponto de vista da análise dos dados que seriam obtidos — de controlar o locus da fala das pessoas entrevistadas, isto é, a perspectiva ou o lugar a partir do qual (literalmente, desde que pele) as opiniões e percepções relativas aos temas abordados seriam enunciadas.

A questão desdobrou-se em três níveis, inter-relacionados. Primeiro, o termo mais adequado para tratar do problema em foco seria *raça*, *cor da pele* ou *etnia*? Conceitualmente, qual seria o correto e, o que nem sempre é coincidente, qual seria o melhor termo para o entendimento universal das perguntas? Segundo: definida a questão anterior, a quem caberia a identificação dos indivíduos entrevistados: a eles próprios ou aos pesquisadores de campo? De um lado, como controlar a observação dos entrevistadores, “sujeita ao eventual viés de seus próprios preconceitos”<sup>7</sup>? De outro, como contornar os efeitos da arraigada ideologia do branqueamento sobre a percepção que os brasileiros afrodescendentes têm de si mesmos — o mecanismo muitas vezes inconsciente que faz que

7. Para maior aprofundamento da discussão que fundamenta as conclusões (1), (2) e (3), ver VENTURI e BOKANY, 2004.

8. Questão já apontada em VENTURI, G. e PAULINO, M. F. “Pesquisando preconceito racial”. In: TURRA e VENTURI, 1995.



sobretudo os mestiços desenvolvam uma identidade que tende a negar sua ancestralidade negra?<sup>9</sup>

Terceiro: ao se pretender investigar simultaneamente preconceito e discriminação racial, gerou-se um impasse sobre a cor ideal dos entrevistados. Em tese, uma equipe de pesquisadores brancos tenderia a facilitar a assunção do preconceito contra negros, sobretudo por parte dos entrevistados brancos. Ao mesmo tempo, uma equipe de pesquisadores afrodescendentes facilitaria a empatia com entrevistados afrodescendentes, aumentando as chances de confissão de discriminações sofridas – uma estratégia análoga à que o Núcleo de Opinião Pública da FPA já usara com sucesso para tratar de outros temas sensíveis, como violência conjugal e aborto, quando mulheres foram entrevistadas apenas por mulheres.<sup>10</sup> No caso do racismo, porém, o predomínio de um ou de outro grupo racial na equipe de campo poderia favorecer a captação do preconceito, mas à custa de prejudicar a aferição dos relatos de discriminação vividos, ou vice-versa.

Em relação ao primeiro ponto, avaliou-se que: (a) as categorias de cor, embora insuficientes para exprimir a complexidade das questões tratadas, deveriam ser utilizadas para a classificação das identidades raciais, ainda que não com exclusividade, mas garantindo a comparabilidade com outros estudos, como as séries históricas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); (b) o conceito de *etnia*, ao contrário, além de menos usual e, portanto, de menor domínio na opinião pública, ao englobar noções de homogeneidade linguística e cultural, antes poderia confundir que resolver o problema identitário, devendo ser descartado; (c) por fim, optou-se pelo uso do termo *raça*, dada a difusão de seu significado socialmente construído para designar grupos distinguidos por sua visibilidade somática, mesmo sabendo-se hoje que a espécie humana constitui uma única raça e que a noção de *raça* como subespécie perdeu qualquer valor científico – suposição que sustentou o racismo doutrinário por mais de um século, de que haveria diferenças de genótipo entre brancos, negros, orientais e indígenas, determinantes não só de diferenças fenotípicas, mas também de “características intelectuais, morais e comportamentais”.<sup>11</sup>

9. “Como sobre os negros pesam preconceitos seculares que atribuem a eles as características mais depreciadas pela cultura hegemônica de origem européia, somando-se a isso o fato de que a maioria dos negros se encontra nas posições mais desprestigiadas do mercado de trabalho, para ascender socialmente o mestiço temia se atastar do pólo negro de sua origem biológica, cultural e socioeconômica. [...] O mestiço que incorpora a ideologia do branqueamento quer se esquecer de sua origem negra, desenvolvendo uma identidade que torne possível a sua assimilação ao mundo dos brancos, considerado mais prestigioso, elegante e próspero” (FRAXEDES, 2002).

10. Resultados discutidos em VENTURI, RECAMÁN e OLIVEIRA, 2004. Íntegra dos dados em [www.fabrano.org.br](http://www.fabrano.org.br), no link Pesquisas de Opinião.

11. Sobre os sentidos de raças ver CASHMORÉ, 2000.

Tabela 1

P10. No Brasil há gente de várias cores ou raças. Qual é a sua cor? (espontânea)	%	categoria	%	P11. O senhor/dita que sua raça ou cor é branca, preta, parda, indígena ou amarela? (lese – estimulada) <sup>1</sup>		categoria	%	categoria	%	P12. Considerando as combinações de cor ou raça de seus avós e de seus pais, o(a) senhor(a) tem quais das seguintes combinações de cor ou raça (ascendência estimulada)		categoria	%	P13. O(a) senhor(a) se considera branco(a), negro(a) ou indio(a)? (“branco” – estimulada)	
				branca	preta					branca e branca	só branca			só negra	negra e índia
branca	38		45			só branca	27	branco(a)	53						
preta	7		16 <sup>4</sup>			só negra	4	negro(a)	25						
negra	5					negra e índia	4								
morena-escura	3														
parda	10														
mulata	1														
morena-clara	12		34 <sup>5</sup>			branca e branca	38	moreno(a)-claro(a) <sup>6</sup>	3						
morena	19					branca e índia	10								
mestiça	1					negra, branca e índia	11	moreno(a) <sup>7</sup>	6						
indígena	1		4			só índia	1	indio(a)	7						
amarela	1 <sup>2</sup>		2			oriental	(*) <sup>8</sup>	outras <sup>9</sup>	2						
outras	3 <sup>3</sup>		1			outras	47								

1 Aplicada aos 43% que na pergunta anterior não tinham se classificado espontaneamente nas categorias de cor do IBGE. As taxas se referem ao total da amostra, somados os resultados de P10-P11.

2 Inclui “oriental”, mencionada por menos de 1%.

3 As mais citadas, todas com menos de 1%, foram: clara, escura, marrom, cor de canela, alva, ruiva e “estrangeiras” (italiana, alemã etc.).

4 Inclui 1% de “negra”, citada espontaneamente.

5 Inclui 10% de “morena”, citada espontaneamente.

6 Inclui “morena” e suas combinações e variações, citadas espontaneamente.

7 Inclui “oriental e branca”, sem atingir 1%.

8 Citadas espontaneamente.

Fonte: “Discriminação racial e preconceito de cor no Brasil”, Fundação Perseu Abramo e Rosa Luxemburg Stiftung, 2003. Elaboração dos autores.

Em relação ao segundo ponto, decidiu-se pela autoclassificação dos entrevistados, em detrimento da observação dos pesquisadores, mas com diferentes variáveis de controle. Partiu-se de uma pergunta aberta – isto é, sem sugerir

as alternativas de resposta – com o seguinte enunciado (P10): “No Brasil há gente de várias cores ou raças. Qual é sua cor ou raça?”. A seguir, para os entrevistados que não responderam usando espontaneamente as categorias do IBGE, perguntou-se (P11): “O(a) senhor(a) diria que a sua cor ou raça é: branca, preta, parda, amarela ou indígena?”. Para cercar a questão com informações sobre a ascendência racial dos entrevistados foi feita uma terceira pergunta, para todos, com formulação que tem sido usada nos estudos da FPA – obtendo-se resultados frutíferos, como se verá – (P12): “Considerando as combinações de cor ou raça dos seus avós e dos seus pais, o(a) senhor(a) tem combinação das cores ou raças: negra e branca, negra e índia, branca e índia, oriental e branca; negra, branca e índia; só negra, só branca, só indígena, ou só oriental?”<sup>12</sup>. E, por fim, com o intuito de testar a autoclassificação dos entrevistados em identidades raciais definidas, limitando as alternativas aos três grandes grupos “étnicos” que constituem a população brasileira, perguntou-se novamente a todos, independentemente das respostas anteriores (P14): “O(a) senhor(a) se considera negro(a), branco(a) ou índio(a)?”. A tabela 1 traz um resultado com parativo – até onde isso é possível – das respostas a essas quatro formulações.

Os dados da página anterior pedem várias observações, a começar pela insuficiência da classificação de cor do IBGE, sugerida logo de início, quando apenas pouco mais da metade da população (57%) identifica-se espontaneamente a alguma de suas categorias:

- com plena liberdade para qualquer resposta, aplicada antes da pergunta com indução aos termos utilizados pelo IBGE, 38% da população classifica-se como de “cor ou raça” branca, apenas 10% se autodeclararam prontamente pardos (ante 34% que se dizem morenos, em diferentes nuances), 7% da cor preta e 5% negros;
- há ainda 1% que se autoclassifica como de “cor ou raça” amarela e 1% da indígena – a mesma taxa de citações para mestiça e mulato (ver quadro 13).

Observa-se, portanto, um problema sobretudo com a identidade *parda*, evidenciado no entrecruzamento das questões utilizadas:

12. Na formulação das perguntas 10, 11 e 12, em dois terços da amostra usou-se a seqüência “cor ou raça” e, no terço restante, “raça ou cor”, ante a suspeita, que os resultados mostraram infundada, de que a ordem dos termos poderia influenciar o resultado das identidades raciais assumidas. Em nenhuma categoria, seja espontânea, estimulada ou de ascendência, houve variação relevante na frequência das identidades declaradas de uma subamostra para outra.

- dos 34% atingidos na pergunta estimulada do IBGE (P11), já somados os 10% que insistiram que sua cor ou raça é “morena”, menos de um terço tinha antes (P10) se considerado pardo espontaneamente (30%), enquanto a maioria (63%) se dissera morena (35%), morena-clara (21%), morena-escura (5%) ou mulata (2%);
- dos 38% que afirmaram ter ascendência negra e branca (P12), na pergunta estimulada (P11) apenas 31% tinham se classificado como de cor parda – os demais tinham dito ser da cor branca (31%), preta (20%) ou, espontaneamente, morena (12%);
- dos 10% que disseram ter ascendência branca e índia, na pergunta estimulada do IBGE só 29% tinham se classificado como de cor parda, ante 45% que tinham dito ser da cor branca, 12% da indígena e 8% da morena;
- e dos 11% que disseram ascender ao mesmo tempo das cores ou raças negra, branca e índia, somente 32% tinham se classificado como de cor parda – os demais responderam ser de cor branca (24%), preta (19%), indígena (10%) ou morena (10%).

A patente complexidade que cerca o tema da identidade racial e a força da ideologia do branqueamento foram ratificados pelos resultados obtidos, conforme atestam os dados abaixo:

- A categoria “cor ou raça” *branca*, que obtém 38% na pergunta espontânea (P10), chega a 45% na classificação do IBGE (P11) e atinge 53% quando os entrevistados são solicitados a dizer se se consideram brancos, negros ou índios (P13). Ocorre que na resposta sobre a ascendência racial (P12) apenas 27% disseram descender da cor ou raça *só branca* (ver quadros 13 a 16).
- Cruzando-se as variáveis investigadas, observa-se que dos 38% que afirmaram ter ascendência negra e branca, na pergunta seguinte (P13) os que se consideraram brancos (42%) prevalecem sobre os que se consideraram negros (37%), enquanto apenas 17% mantiveram-se firmes na afirmação de que são pardos (3%), ou insistiram que são morenos (8%), morenos-claros (4%), ou citaram outras respostas não sugeridas no enunciado da questão (2%).

- O fenômeno se agrava entre os 10% que disseram ter ascendência branca e índia: na pergunta seguinte, 57% consideraram-se brancos, ante 22% que se consideraram índios (6% negros, 13% morenos ou pardos e 3% deram outras respostas).

- Entre os 11% que disseram ter ascendência simultaneamente negra, branca e índia, a seguir 36% consideraram-se negros, 33% brancos e 18% índios (9% morenos ou pardos e 4% citaram outras categorias) – dados que, junto aos do item anterior, indicam que os indígenas aculturados (a amostra não cobriu a população das reservas), também vítimas da ideologia do branqueamento, expressam auto-estima ainda mais baixa que a dos afrodescendentes em relação a sua ancestralidade.

Ao mesmo tempo, a identidade negra também parece dar sinais de fortalecimento, vindo ao encontro dos outros resultados deste estudo, que sugerem o crescimento da consciência sobre o racismo e seu combate:

- se na pesquisa do Datafolha, em 1995, 7% da população urbana tinha se classificado espontaneamente como de cor *preta* (4%) ou da raça *negra* (3%) – sem que isto reflita, obviamente, um crescimento demográfico dessa proporção na população negra nesse período (ver quadro 21);
- se hoje a “cor ou raça” *preta/negra* começa com 12% na pergunta espontânea, a categoria *preta* chega a 15% no critério IBGE (antes 12%) e atinge 25% quando os entrevistados são solicitados a dizer se se consideram brancos, negros ou índios, sendo que na resposta sobre a ascendência racial apenas 4% disseram descender da cor ou raça *só negra*.

Por fim, como em parte era previsível, é na maioria mestiça que a questão da identidade racial mostra-se mais inconsistente, ao se comparar as diferentes formas de classificação utilizadas:

- a pergunta da ascendência racial revela que, somando-se todas as combinações possíveis entre brancos, negros e índios (duas a duas e as três juntas), quase dois terços da população brasileira são mestiços (63%), mas os que se declararam espontaneamente como tais (somando-se os que se dizem morenos e suas variações) caem para menos da metade (46%) e, segundo a categoria *parda* do IBGE, reduzem-se a um terço (34% – ver quadros 14 e 15);
- mais ainda, quando instados a escolher entre as três grandes “etnias” (P13), apenas 12% insistem no caráter mestiço de sua identidade (outra vez com predomínio da terminologia *morena* – ver quadro 16).

Vendo-se os dados pela ótica do grau de coerência interna de cada entrevista, observa-se que quase a metade dos brasileiros (46%) apresenta alguma

ambigüidade sobre a própria identidade racial, classificando-se ora em um grupo, ora em outro. Mesmo deixando-se de lado a P13 – uma vez que diante das alternativas nela sugeridas os mestiços não têm como ser coerentes –, somente pouco mais da metade (54%) demonstrou consistência nas três outras perguntas, expressando assim uma identidade definida:

- 30% que se classificaram como morenos/pardos/mulatos/mestiços na pergunta espontânea, depois como de cor *parda* na pergunta estimulada e que, em seguida, afirmaram descender de alguma combinação de brancos, negros e índios;
- 22% que se disseram espontaneamente brancos, classificando-se ao mesmo tempo como da cor *branca* e informando ascendência *só branca*;
- e 2% que se disseram pretos ou negros, da cor *preta* e com ascendência *só negra* (ver quadros 13 a 16).

Em relação ao problema do efeito da cor do pesquisador de campo sobre as respostas obtidas, foram cogitadas várias alternativas nos seminários de planejamento, até mesmo o uso de duplas de entrevistadores do tipo “Cosme e Damião” – situação em que, a depender da pessoa que fosse sorteada a responder à pesquisa no domicílio, seria entrevistada pelo pesquisador negro ou pelo branco. Mas essa idéia foi descartada, assim como outras sugestões de composição intencional da equipe dos entrevistadores segundo sua cor/raça, tanto pela dificuldade operacional como pela subjetividade dos critérios que envolveria – critérios que, no limite, “escapam da cor da pele”. Partindo-se da premissa de que as equipes de campo, em cada região do país, sendo locais, tenderiam a se assemelhar às feições étnico-raciais da população a ser ali entrevistada, optou-se pela introdução no questionário de uma variável de controle da cor dos entrevistadores, com vistas à análise dos resultados, e decidiu-se investir na formação das equipes, capacitando-as para a compreensão da temática que iriam investigar.

Assim, além da instrução que receberam sobre o *questionário estruturado* – instrumento típico dos *surveys* – e sobre os demais procedimentos de campo, expedientes básicos em qualquer coleta de dados, a participação dos entrevistadores selecionados para a pesquisa foi condicionada à aplicação de pré-teste com três entrevistas<sup>13</sup> e, ainda mais importante, à participação em

13. O questionário totalizou 198 perguntas, cerca de um quarto presente em toda a amostra, as demais distribuídas em três subamostras equivalentes (correspondentes aos questionários a, b e c, pré-testados por cada entrevistador), variando entre 1.664 e 1.670 entrevistas cada, igualmente representativas do universo investigado – mecanismo utilizado para contemplar todos os temas sugeridos, sem que as

oficinas específicas de sensibilização, ambas realizadas entre agosto e setembro de 2003. Monitoradas por algum pesquisador do Núcleo de Opinião Pública da FPA, as oficinas foram feitas em 12 das 15 coordenadas de campo regionais envolvidas na pesquisa, responsáveis por 96% da amostra, enquanto as outras três receberam o mesmo material de apoio e as orientações de capacitação por telefone, a fim de uniformizar o processo e a compreensão dos conceitos trabalhados. As equipes de campo puderam então confrontar suas percepções sobre a existência e características do racismo no Brasil, suas opiniões sobre as políticas de ações afirmativas etc. e, com apoio do *Dicionário das relações étnicas e raciais*, de Ellis Cashmore (2000), refletiram sobre as diferenças entre preconceito e discriminação, os significados da noção de raça ao longo da história e temas afins.

Tiveram ainda enorme retorno, do ponto de vista do envolvimento das equipes no tema, duas outras atividades levadas a cabo nas oficinas. Primeiro, dinâmicas de grupo em que, a pretexto de encenar exemplos de situações cotidianas de discriminação, afloraram vários relatos de experiências vividas ou presenciadas, testemunhando a assimetria das relações raciais Brasil adentro. Depois, a exibição do documentário *Olhos azuis* (*Blue-Eyed*), no qual a educadora branca estadunidense Jane Elliot, em um experimento realizado em 1992, separa um grupo multirracial de cerca de 40 profissionais entre os de olhos azuis e os de olhos escuros (em sua maioria negros e latinos), adota a cor dos olhos azuis como critério de exclusão e, em combinação com os participantes de olhos escuros ("tudo o que peço é que ajam como brancos"), submete os de olhos azuis a juízos pseudocientíficos sobre sua inferioridade, a testes de inteligência culturalmente enviesados e a manifestações verbais explícitas de preconceito. A exemplo do que ocorreria quando aplicou essa mesma experiência com crianças, em salas de aula, em 1968, Elliot consegue demonstrar como, mesmo em poucas horas e no contexto de uma experiência controlada, pode-se obter um efeito devastador sobre a auto-estima, sobre a capacidade de reação individual e de solidariedade do grupo arbitrariamente discriminado, evidenciando mecanismos sociopsicológicos importantes de reprodução de ideologias racistas.

Por último, na variável criada de forma a controlar o efeito da cor do pesquisador sobre as respostas, em vez de se pedir aos entrevistadores que se

entrevistas atingissem o limite da inviabilidade. O pré-teste nacional foi utilizado tanto para o treinamento das equipes de campo como para ajustes de detalhes no questionário (que já havia sido pré-testado duas vezes, em menor escala, em São Paulo), gerando mais de 600 entrevistas, desconsideradas para a amostra final. As 5.003 entrevistas válidas, pessoais e domiciliares, foram aplicadas em tempo médio de uma hora, tendo sido verificados com retorno à residência, ou por telefone, pelo menos 30% do material colhido por pesquisador.

autoclassificassem por algum dos critérios utilizados (procedimento que não permitia controlar eventuais vieses do olhar sobre si mesmos), inseriu-se ao final do questionário (P198) uma escala de percepção *sensorial*, antes que *conceitual*, para que assinalassem o tom da própria pele, comparativamente ao tom da cor da pele da pessoa entrevistada: "muito mais clara", "um pouco mais clara", "igual", "um pouco mais escura" ou "muito mais escura". Conforme se supunha, a hipótese de que a manifestação de preconceito de cor poderia ser inibida a depender da diferença de cor/raça entre o entrevistado e o entrevistador parece ter se confirmado: a não-manifestação de preconceito indireto, expressa por apenas 25% da população – taxa que oscila de 23% (entre pardos e indígenas) a 26% (brancos) –, variou de 22% nos casos em que a pessoa entrevistada era "muito mais escura" que o entrevistador a 31% nos casos do outro extremo, em que o entrevistado era "muito mais claro" que o entrevistador.

Já a hipótese de que entrevistados afrodescendentes se sentiriam mais à vontade para admitir terem sofrido discriminação racial diante de entrevistadores também afrodescendentes não se confirmou. Ainda que seja plausível supor que o índice de discriminação institucional afetado seria mais alto que os 22% encontrados caso todos os pesquisadores fossem afrodescendentes, o fato é que a realidade (ou o desejo de denúncia?) da discriminação parece ter se imposto, superando uma eventual vergonha de confissão: o maior índice de que foram discriminados encontrou-se justamente entre os entrevistados de cor "muito mais escura" que os entrevistadores (32%), ao mesmo tempo que o menor índice de discriminação percebida apareceu não no outro extremo, entre os entrevistados de cor "muito mais clara" (26%), mas sim entre os de cor "igual" à dos entrevistadores, independentemente se clara ou escura (15%) – em tese, portanto, entre os que haveria menor constrangimento para esse tipo de relato, dada a possibilidade maior de identificação.

Em suma, a pesquisa atesta a complexidade do tema da identidade racial e confirma que um dos principais nós da questão está no difícil posicionamento dos mestiços. Os dados deste estudo indicam que há uma distância razoável entre a *percepção* dos pardos a respeito dos fenômenos do racismo, do preconceito e da discriminação raciais – percepções comumente próximas às dos brancos, que tendem a atribuir menos gravidade a esses fenômenos – e a realidade objetiva das *condições* de vida que os pardos usufruem, em geral muito próximas às dos brasileiros de cor preta, como atestam numerosas pesquisas e esta realidade<sup>14</sup>. Em outras palavras,

14. Sobre esse ponto, ver resumo dos dados em VENTURI e BOKANY, 2004.

“a relativa negação da força social do racismo, por parte dos pardos, não corresponde aos efeitos dele em suas vidas, revelando, antes, dificuldades para a assunção de sua identidade racial ambígua. Se os brancos tendem a minimizar a intensidade do racismo vigente e a negar a desigualdade de oportunidades, como que buscando afastar de si a co-responsabilidade pela reprodução social da discriminação racial, os pardos parecem assimilar essa perspectiva do olhar branco dominante, como que buscando afastar de si a própria realidade discriminatória em que estão inseridos” (VENTURI e BOKANY, 2004).

Para concluirmos, algumas palavras sobre o tema da *xenofobia*<sup>15</sup>. Em seu sentido contemporâneo, de aversão a estrangeiros, a questão da xenofobia recobrou importância na Europa, na década de 1990, fundamentalmente em virtude de dois acontecimentos: de um lado, o aumento do fluxo de correntes migratórias, tanto internas – em decorrência do fim da União Soviética e subsequentes conflitos e redefinições de fronteiras nacionais – como *em direção* aos países europeus, oriundas sobretudo da África e de parte da Ásia; de outro, a relativa estagnação econômica da Comunidade Europeia e o declínio dos Estados de bem-estar social em face da pressão das políticas neoliberais, que, mundo afora, se tornaram hegemônicas no período. Os efeitos combinados dessas duas forças explicam em boa medida o ressurgimento e a rearticulação partidária, até mesmo com vitórias eleitorais, de correntes neofascistas em várias democracias europeias – neonazistas, na Alemanha, por exemplo –, assentadas no mote de que o agravamento dos males sociais, em especial os aumentos do desemprego e da criminalidade, tem como origem e causa a “invasão de estrangeiros”, de populações muitas vezes refugiadas, portadoras de “culturas estranhas”, que estariam a ameaçar a identidade e as tradições da civilização ocidental. O interesse pelo tema, por parte da Rosa Luxemburg Stiftung (RLS), vinculada ao PDS (Partido do Socialismo Democrático) alemão, reflete a preocupação da esquerda europeia com o recrutamento da xenofobia, que tem hoje na perseguição violenta a imigrantes e a minorias étnico-raciais sua face mais visível naquele continente.

Posto que aqui a história é outra, que o Brasil não é destino de fortes correntes migratórias recentes e que nosso problema nesse campo é antes o racismo contra negros e índios, a FPA se propôs a investigar a questão da xenofobia não estritamente como aversão a estrangeiros, mas em seu sentido literal, mais amplo, de medo ou aversão a estranhos em geral. Adaptando questões

15. Ver também o artigo de Nadia Brol, “‘Grupos de ódio’ na sociedade alemã”, na página 125.

utilizadas em estudo do Instituto Fokus<sup>16</sup>, feito para a RLS, a pesquisa da FPA incluiu quatro perguntas sobre o tema. A primeira aberta, para respostas espontâneas (P6): “Muitas vezes, mesmo sem conhecer sentimos antipatia por pessoas que a gente vê. Que tipo de gente o(a) senhor(a) estranha, ou sente antipatia, e não gosta de ver ou encontrar?”. A segunda com o seguinte enunciado (P7): “Você falar de alguns tipos de pessoas e gostaria que o(a) senhor(a) me dissesse o que o(a) senhor(a) sente normalmente quando vê ou encontra desconhecidos do tipo deles. Por exemplo, quando o(a) senhor(a) encontra... (e aqui eram sugeridos, um a um e de forma alternada, 24 grupos sociais pré-definidos<sup>17</sup>), o(a) senhor(a) diria que sente por eles: (a) forte repulsa ou ódio, não gosta nem um pouco de encontrar; (b) um pouco de antipatia, não gosta muito, preferir não encontrar; (c) sente indiferença, não gosta nem desgosta, tanto faz encontrá-los ou não; ou (d) sente satisfação ou alegria, gosta de encontrá-los?”.

As respostas espontâneas à primeira pergunta, agrupáveis na categoria pessoas falsas/dissimuladas/fofoqueiras/mentirosas e afins, saíram à frente como o “tipo de gente” que mais atrai a rejeição dos brasileiros, citadas por 18% dos entrevistados. Logo a seguir vieram o grupo dos portadores de vícios (15%), com destaque para os usuários de drogas (9%) e alcoólatras (8%), e o grupo dos delinquentes (12%), composto por ladrões/assaltantes (7%), traficantes, assassinos, estripadores e assemelhados. Mais abaixo, a categoria das pessoas orgulhosas/arrogantes/prepotentes aglutinou as respostas de 9% dos entrevistados e a de grupos socioeconomicômicos, juntou respostas de 7%, puxada por gente muito rica (3%) e por mendigos (2%). Grupos com orientações sexuais específicas somaram as menções de 4% (homossexuais 3%, travestis 1%) e os religiosos de 3% (agrupando-se as referências tanto a crentes e fanáticos como a ateus). Grupos étnico-raciais específicos somados (3%) aparecem quase ao fim da lista das pessoas pelas quais os brasileiros declararam ter aversão, com pequeno destaque para ciganos (1%) e estrangeiros em geral (1%), além de menções a negros/pretos, judeus, índios, asiáticos ou orientais, todas inferiores a 1%. Um terço (33%) afirmou não sentir aversão ou antipatia por nenhum tipo de pessoa (ver quadro 65).

16. Agradecemos ao sociólogo alemão Michael Chirpa (*in memoriam*), então diretor do Instituto Fokus, cujo empenho e entusiasmo pelo tema foram determinantes para a efetivação do conteúdo rpa/rls, que possibilitou a realização deste projeto. A paciência e a generosidade em partilhar seu conhecimento, demonstradas em todos os contatos pessoais e virtuais que tivemos, atestam o espírito investigador que o movia.

17. Mendigos de rua; gente que não acredita em Deus; gente muito religiosa; judeus; muçulmanos; índios; brancos; asiáticos ou orientais; negros; gente muito rica; pobres; estrangeiros em geral; ciganos; gente com arms; idosos; jovens; ex-presidários; crianças de rua; gays e lésbicas; usuários de drogas; desempregados; travestis; deficientes físicos; prostitutas e garotos de programa.

O *ranking* da aversão aos grupos sociais obtido pela segunda pergunta (estimulada) revela resultados semelhantes: com 41% de rejeição (soma de forte repulsa ou ódio e antipatia) empatarem os usuários de drogas e gente que não acredita em Deus; mais abaixo destacam-se travestis (28%), prostitutas e garotos de programa (27%), *gays* e lésbicas (26%) – todos referidos à sexualidade, sugerindo que a liberalidade dos brasileiros nesse campo pode ser menor do que supõe o senso comum e a maior parte da mídia –; e, ainda no mesmo patamar, os ciganos (26%), o primeiro em aversão dentre os grupos étnico-raciais sugeridos. A seguir destacam-se gente muito rica (20%), ex-presidários (17%) e gente muito religiosa (15%), e, logo abaixo, os judeus (12%) – o segundo grupo étnico-racial mais rejeitado –, gente com AIDS (9%) e os muçulmanos (8%), o terceiro, em relação a mendigos (8%). A aversão a estrangeiros em geral, a xenofobia propriamente dita, foi admitida por apenas 5%, próxima à rejeição a crianças de rua (6%) e a desempregados (4%).

Por fim, quase encerrando o *ranking*, aparecem os grupos étnico-raciais efetivamente representativos na composição étnica da população brasileira – diferentemente dos ciganos e judeus, estatisticamente residuais – e que, como tais, são protagonistas das desigualdades raciais que caracterizam nosso cenário social: índios (3%), negros (2%) e brancos (2%), com taxas iguais ou próximas à dos asiáticos/orientais (3% – ver quadros 65).

A grandeza e diversidade das principais manifestações de aversão aferidas, dirigidas contra ateus, usuários de drogas, minorias sexuais, mendigos e crianças de rua, portadores de HIV etc. sugerem que a sociedade brasileira é moralmente conservadora e bem menos tolerante do que aparenta. O resultado de pergunta sobre a atitude que devem ter as “pessoas que pensam de jeito diferente da maioria” (P57) é emblemático a esse respeito: só 13% optam pela alternativa explicitamente autoritária (são da opinião de que as minorias devem obedecer à vontade da maioria, deixando de lado suas idéias), porém os demais ficam antes a meio caminho da tolerância (45% avaliam que elas podem ter suas idéias, desde que não tentem convencer os demais) do que abraçam uma perspectiva de respeito efetivo às minorias: apenas 36% são da opinião de que elas podem ter suas idéias e tentar convencer os outros, taxa que cai ainda mais se estas “idéias” estiverem relacionadas, por exemplo, à legalização da união homossexual (22%) ou à descriminalização do aborto (17% – ver quadro 65). Mas a discussão sobre a tolerância é tema para outro artigo.

Aqui, o que vem ao caso é a baixa manifestação da aversão a negros e índios – populações cujas condições de vida oferecem evidências inegáveis dos efeitos da discriminação racial a que seguem submetidas. Certamente, há várias interpretações possíveis para a quase invisibilidade desta rejeição, mas citare-

mos duas, não necessariamente excludentes. No verbete *xenofobia*, Cashmore (2000) menciona uma distinção entre “um princípio de inferiorização e exploração que permite ao grupo vitimizado ter um lugar na sociedade, contanto que seja baixo”, que seria próprio do racismo, e “um princípio de diferenciação re-presentando o outro grupo tão diferente que precisa ser segregado, expulso ou destruído”, que caracterizaria a xenofobia. Por essa perspectiva, os índios e sobretudo os negros teriam aparecido apenas no final da lista dos grupos pelos quais a sociedade brasileira sente aversão porque, vítimas de racismo, seriam reconhecidos como necessários e tratados predominantemente sob o princípio da inferioridade. Já os ciganos, e em menor escala os judeus e muçulmanos, vítimas de xenofobia, estariam à frente do *ranking* de aversão dentre os grupos étnico-raciais porque vistos por parte da opinião pública pela ótica do princípio da diferenciação, considerados historicamente não-constitutivos da população e menos integrados à sociedade brasileira, representantes de uma alteridade desnecessária a ser segregada ou, no limite, fisicamente excluída – a exemplo do extermínio de jovens pobres das periferias tidos como marginais, de encarcerados rebelados nos presídios do país e dos mendigos que são mortos nas metrôpoles brasileiras sob o sorriso discreto dos que os considerados indúteis.

A outra forma de interpretar o lugar dos negros e índios na lista de vítimas da xenofobia é considerá-lo coerente com os demais dados da pesquisa sobre a percepção do fenômeno do racismo e do preconceito no país: quase a totalidade da população (90%) reconhece que há racismo no Brasil, acredita que os brancos têm preconceito de cor, sobretudo em relação aos negros (89%), mas também em relação aos índios (53%), e que os negros também têm preconceito de cor em relação aos brancos (62%); no entanto, como vimos no item (1) deste artigo, quando indagada diretamente, uma maioria ainda mais absoluta nega sua contribuição para o fenômeno. Por temor ou desconforto com o estigma de ser preconceituosa, ou ainda pela dificuldade de encarar o próprio preconceito, a maior parte das pessoas considera este um problema “dos outros”, projetando o preconceito de cor e o racismo para o conjunto da sociedade. Pela mesma razão, parte dos brasileiros pode ocultar o sentimento xenóforo que, no fundo, nutriria também contra negros e índios.

### Referências bibliográficas

- CASHMORE, E. (2000) *Dicionário das relações étnicas e raciais*. São Paulo, Summus.
- PRAXEDES, W. (2002) “Cotas: a resistência dos mestiços”. *Espaço Acadêmico*, Ano 2, nº 19, dez. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/019/19wlap.htm>.

TURRA, C. e VENTURI, G. (orgs.) (1995) *Racismo cordial*. São Paulo, Ática.

VENTURI, G. (1995) "Raça e diálogo". FOLHA DE S. PAULO, São Paulo, 24 set. Caderno Mais!, p. 5-14.

VENTURI, G. e BOKANY, V. (2004) "Discriminação racial e preconceito de cor no Brasil". *Teoria e Debate* nº 59, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, ago.-set. Também disponível em versão eletrônica: "Queda do preconceito: real ou retórica?", em [www.fpbbramo.org.br](http://www.fpbbramo.org.br) (Publicações/Revisita Teoria e Debate/ Coleção/ T&D no 59/ Sociedade).

VENTURI, G., RECAMÁN, M. e OLIVEIRA, S. (orgs.) (2004) *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

## IDENTIDADE RACIAL BRASILEIRA

MARIA PALMIRA DA SILVA

Doutora em psicologia social, professora de psicologia social da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, assessora técnica da área temática de Saúde da População Negra da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo e diretora da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN).

### Introdução

Este artigo aborda um tema contemporâneo, controverso e sempre presente no âmbito dos debates sobre as relações raciais<sup>1</sup> brasileiras: a questão da identidade racial brasileira colhidos por uma pesquisa nacional realizada em 2003 pela Fundação Perseu Abramo (FPA) em parceria com a fundação alemã Rosa Luxemburg Stiftung. Todavia, antes de iniciarmos a análise desses dados, faremos uma breve reflexão conceitual sobre o fenômeno identidade.

Podem-se encontrar várias definições para o conceito de identidade. Contudo esta palavra sempre nos remete à noção de singularidade, de especificidade, e à sensação de que possuímos uma existência própria formada por uma totalidade integrada. Esse ponto de vista indica que a identidade pode resultar tanto do processo de autodefinição como da maneira segundo a qual o indivíduo internaliza as características que lhe são atribuídas socialmente.

Além disso, sobretudo nas atuais democracias, muito se fala sobre o processo de formação da identidade das minorias culturais e sociais. Partindo do entendimento de que há várias definições sobre o conceito de minorias culturais e sociais, cabe-nos explicitar que o fator numérico não desempenha papel impor-

1. As relações raciais podem ser definidas como situações "marcadas por graves conflitos, exploração, opressão e discriminação baseadas ou não em indicadores fenotípicos" (Rex, 1988, p. 40).

especial, ou ainda por outras características diferenciadoras. Os entrevistados parecem temer por sua identidade. Por isso, desvalorizam os membros do grupo externo para fortalecer o valor de seu próprio grupo (grupo interno).

De especial interesse são os resultados comparativos entre a Alemanha oriental e ocidental: os números são quase iguais. Não há nenhuma diferença estatística evidente a ser apontada. Especialmente no tocante aos "estrangeiros" (europeus do Leste, turcos, árabes, asiáticos, pessoas com pele escura), este resultado é surpreendente. A xenofobia amide considerada mais forte na Alemanha oriental não pôde ser comprovada por meio deste "encontro cotidiano" examinado no questionário.

Esta pesquisa revela um quadro ao mesmo tempo interessante e em parte chocante da sociedade alemã. Os resultados mostram que existem padrões claramente negativos de percepção de determinados grupos de pessoas que diferem da "normalidade". Atitudes, preconceitos e estereótipos desse tipo podem ser a base do comportamento discriminador, segregador e agressivo. Por conseguinte, sua existência no próprio "coração da sociedade" deveria ser levada a sério e, sob certos aspectos, servir de alerta. Em especial, os grupos de formação étnica e cultural diferentes, se defrontam com as exigências da comunidade de adaptação, a clara inimizade cultural e o "medo de infiltração cultural".

Como ficou demonstrado em outra pesquisa, o "medo do futuro" e a "educação" exercem grande influência no desenvolvimento de preconceitos e estereótipos. Em particular, no que diz respeito à avaliação de grupos étnicos diferentes. Os conflitos sociais claramente observados e a incerteza quanto ao futuro são fontes de frustração e do sentimento de insegurança. A identidade das pessoas é assim ameaçada. Essa ameaça pode ser a razão dos mecanismos de defesa e vir acompanhada de uma percepção negativa de grupos externos. Os resultados deste estudo sugerem que as questões dos valores culturais e da identidade estão muito mais subentendidas do que até então se supunha.

As declarações dos entrevistados acerca dos grupos de pessoas que são diferentes se encontram claramente associadas às emoções. Isto poderia encoerrar idéias de sobrecarga do estímulo, bem como de sobrecarga e quantidade de informação muitas vezes contraditórias: as pessoas precisam avaliar coisas em demasia. Por isso, às vezes elas simplesmente usam seus sentimentos para classificar as pessoas em categorias (por exemplo, estereótipos).

Para concluir, uma citação do doutor Michael Chrapa: "Os resultados deste estudo devem servir de apelo para uma capacidade de julgamento que não esteja baseada em preconceitos e estereótipos, mas em critérios lógicos e de solidariedade humana, mesmo em tempos de recessão e crise".

## Discriminação racial e preconceito de cor no Brasil



especial, ou ainda por outras características diferenciadoras. Os entrevistados parecem temer por sua identidade. Por isso, desvalorizam os membros do grupo externo para fortalecer o valor de seu próprio grupo (grupo interno).

De especial interesse são os resultados comparativos entre a Alemanha oriental e ocidental: os números são quase iguais. Não há nenhuma diferença estatística evidente a ser apontada. Especialmente no tocante aos "estrangeiros" (europeus do Leste, turcos, árabes, asiáticos, pessoas com pele escura), este resultado é surpreendente. A xenofobia aninúde considerada mais forte na Alemanha oriental não pôde ser comprovada por meio deste "encontro cotidiano" examinado no questionário.

Esta pesquisa revela um quadro ao mesmo tempo interessante e em parte chocante da sociedade alemã. Os resultados mostram que existem padrões claramente negativos de percepção de determinados grupos de pessoas que diferem da "normalidade". Atitudes, preconceitos e estereótipos desse tipo podem ser a base do comportamento discriminador, segregador e agressivo. Por conseguinte, sua existência no próprio "coração da sociedade" deveria ser levada a sério e, sob certos aspectos, servir de alerta. Em especial, os grupos de formação étnica e cultural diferentes, se defrontam com as exigências da comunidade de adaptação, a clara inimizade cultural e o "medo de infiltração cultural".

Como ficou demonstrado em outra pesquisa, o "medo do futuro" e a "educação" exercem grande influência no desenvolvimento de preconceitos e estereótipos. Em particular, no que diz respeito à avaliação de grupos étnicos diferentes. Os conflitos sociais claramente observados e a incerteza quanto ao futuro são fontes de frustração e do sentimento de insegurança. A identidade das pessoas é assim ameaçada. Essa ameaça pode ser a razão dos mecanismos de defesa e vir acompanhada de uma percepção negativa de grupos externos. Os resultados deste estudo sugerem que as questões dos valores culturais e da identidade estão muito mais subentendidas do que até então se supunha.

As declarações dos entrevistados acerca dos grupos de pessoas que são diferentes se encontram claramente associadas às emoções. Isto poderia encoerrar idéias de sobrecarga do estímulo, bem como de sobrecarga e quantidade de informação muitas vezes contraditórias: as pessoas precisam avaliar coisas em demasia. Por isso, às vezes elas simplesmente usam seus sentimentos para classificar as pessoas em categorias (por exemplo, estereótipos).

Para concluir, uma citação do doutor Michael Chrapa: "Os resultados deste estudo devem servir de apelo para uma capacidade de julgamento que não esteja baseada em preconceitos e estereótipos, mas em critérios lógicos e de solidariedade humana, mesmo em tempos de recessão e crise".

Tradução de Rubens Rusche

## Discriminação racial e preconceito de cor no Brasil

## BOX METODOLÓGICO

### OBJETIVOS GERAIS

- Investigar a percepção do preconceito de cor e experiências de discriminação racial institucional, em busca de novos subsídios para políticas públicas e intervenções do movimento social.
- Traçar um estudo comparativo sobre o fenômeno do racismo e da xenofobia no Brasil e na Alemanha, a partir de dados da fundação Rosa Luxemburg Stiftung.

### REALIZAÇÃO

Esta pesquisa é fruto de parceria entre a Fundação Perseu Abramo e a fundação alemã Rosa Luxemburg Stiftung. Foi uma realização da Fundação Perseu Abramo, por meio de seu Núcleo de Opinião Pública.

Equipe responsável: sociólogos Gustavo Venturi e Marisol Recaman (coordenação), Vilma Bokany (analista) e Rita Dias (processamento).

### METODOLOGIA

• Amostra probabilística (sorteio dos municípios, dos setores censitários e dos domicílios), combinada com controle de cotas de sexo e idade na seleção dos indivíduos. Total de 5.003 entrevistados, representativas da população brasileira adulta (16 anos ou mais). Considerando-se os critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para definição de raça ou cor, autoclassificação obtida por meio da pergunta estimulada "O senhor diria que sua raça ou cor é branca, preta, parda, indígena ou amarela?", ao fim da pesquisa apurou-se 45% de brancos (2.270 entrevistados), 34% de pardos (1.704 entrevistados), 16% de pretos (779 entrevistados) e 4% de indígenas (219 entrevistados), 1% de amarelos e outros (31 entrevistados) – percentagens arredondadas (ver quadro 14).

• Dispersão geográfica: 266 municípios (capitais, municípios de pequeno, médio e grande portes), distribuídos em 834 setores censitários, urbanos e rurais, nas cinco macrorregiões do país (Norte, Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul).

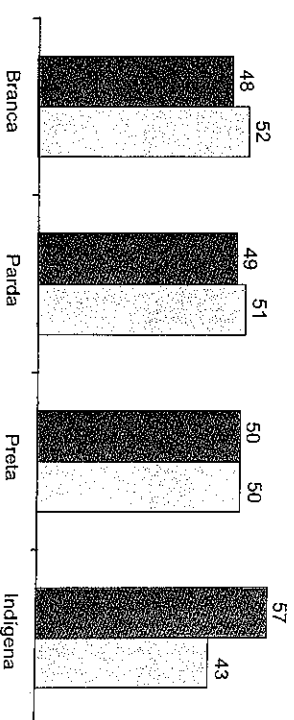
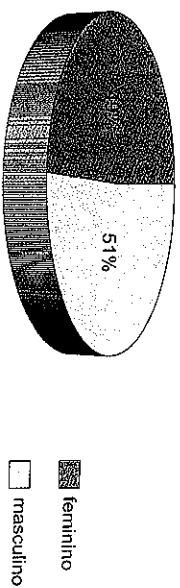
• Subamostras: nas comparações com dados obtidos em estudo anterior, realizado em outubro de 1995 pelo Instituto de Pesquisas Datafolha, considerase apenas a população urbana (4.066 entrevistados), equiparando ambas as investigações quanto ao universo (81% da população brasileira com 16 anos ou mais, Censo IBGE 2000).

• Aplicação de questionário estruturado (198 perguntas, parcialmente distribuídas em três subamostras com cerca de 1.660 entrevistadas cada), em abordagens pessoais e domiciliares, com duração média de 60 minutos.

• Margens de erro:  $\pm 1,4\%$  para o total da amostra,  $\pm 1,6\%$  nos resultados comparativos com estudo Datafolha 1995, e  $\pm 2,5\%$  nos resultados das perguntas aplicadas em cada subamostra, sempre com *intervalo de confiança* de 95%.

## 1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

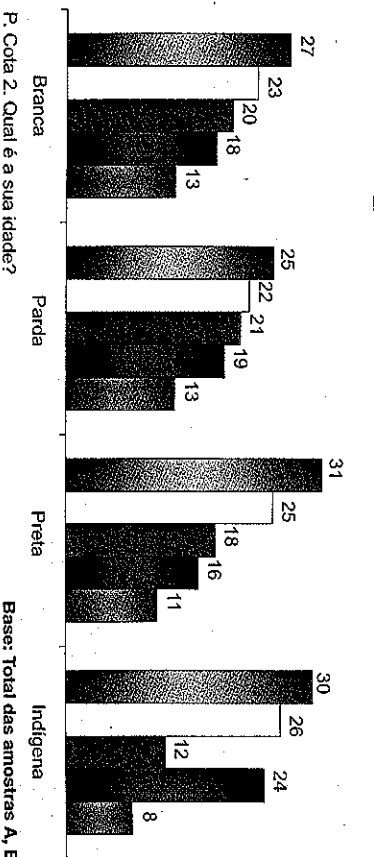
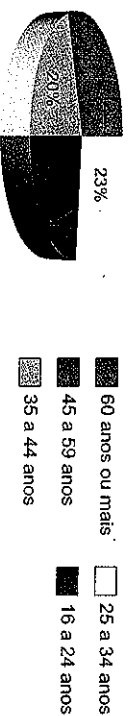
### 1 – PERFIL DEMOGRÁFICO – SEXO (estimulada e única, em %)



P. Cota 1. Anote o sexo do entrevistado.

Base: Total das amostras A, B e C

### 2 – PERFIL DEMOGRÁFICO – FAIXA ETÁRIA (estimulada e única, em %)

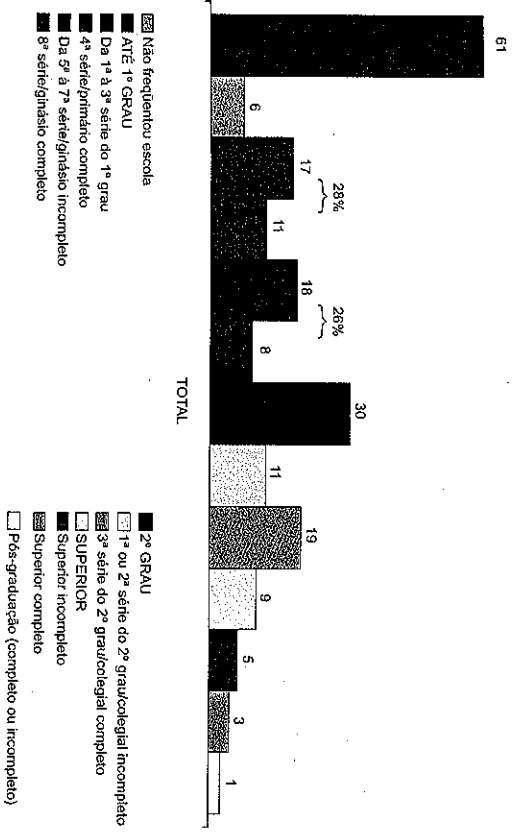


P. Cota 2. Qual é a sua idade?

Base: Total das amostras A, B e C

**PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO**

**3 - ESCOLARIDADE**  
(espontânea e única, em %)

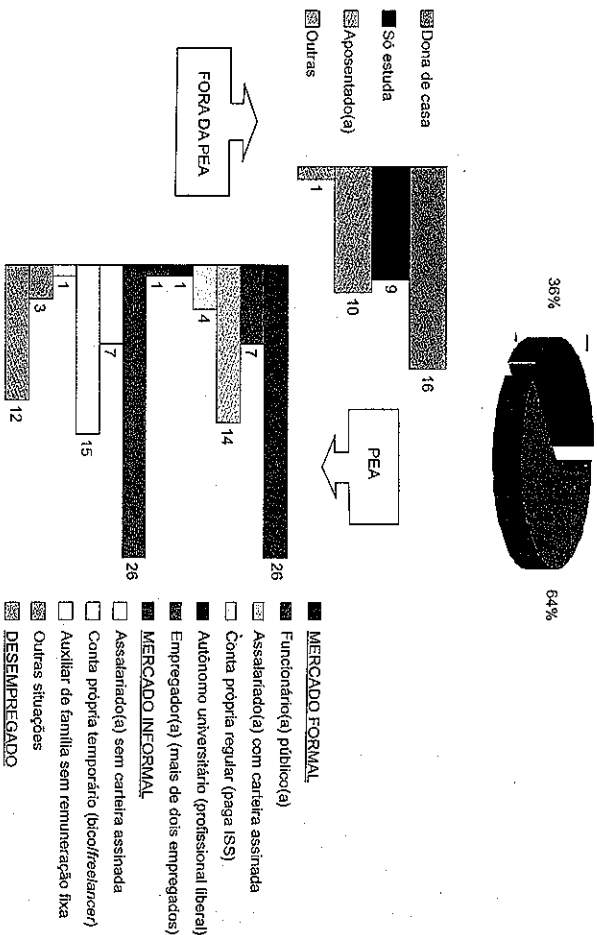


P2. Até que ano da escola o(a) senhor(a) estudou?

Base: Total das amostras A, B e C

**PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO**

**4 - PARTICIPAÇÃO NA PEA - POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO**  
(estimulada e única, em %)

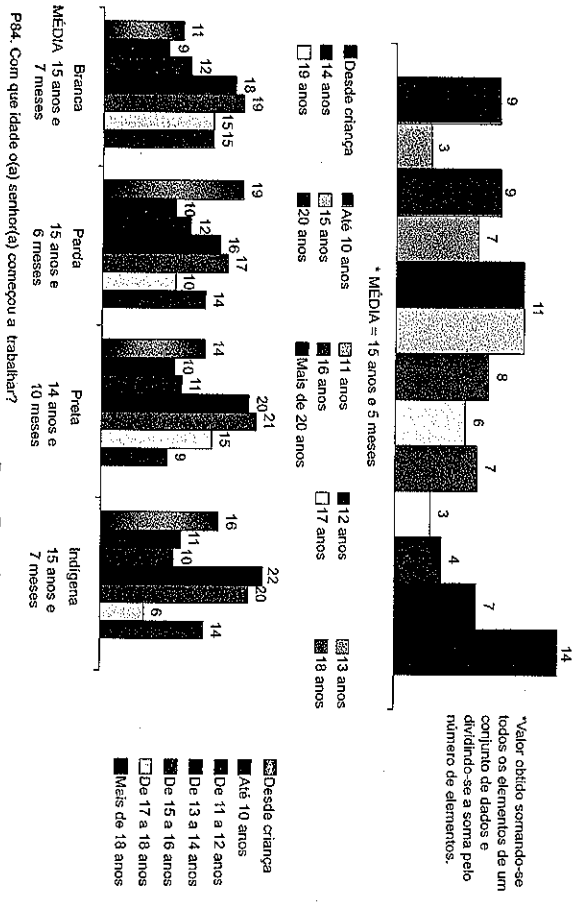


P31 e P85. O(a) senhor(a) está trabalhando atualmente? Qual é a sua atividade principal?

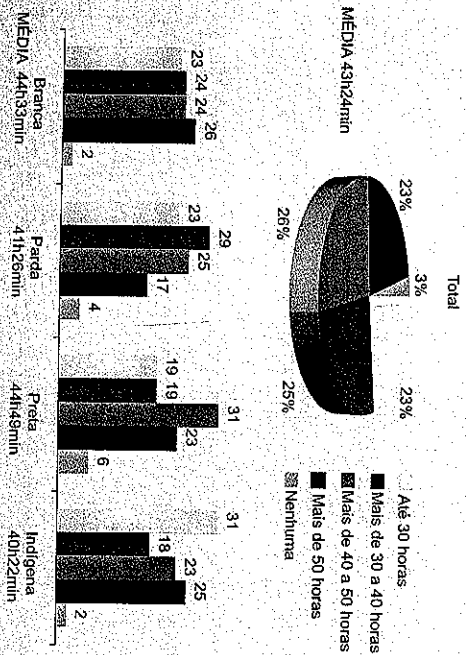
Base: Total das amostras A, B e C

**PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO**

**5 – IDADE COM QUE COMEÇOU A TRABALHAR**  
(estimulada e única, em %)

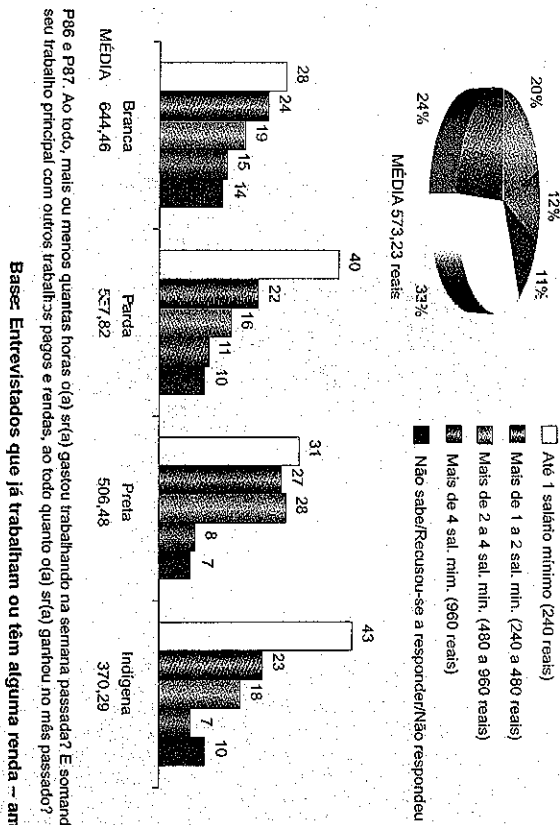


**6 – JORNADA SEMANAL DE TRABALHO**  
(espontânea e única, em %)

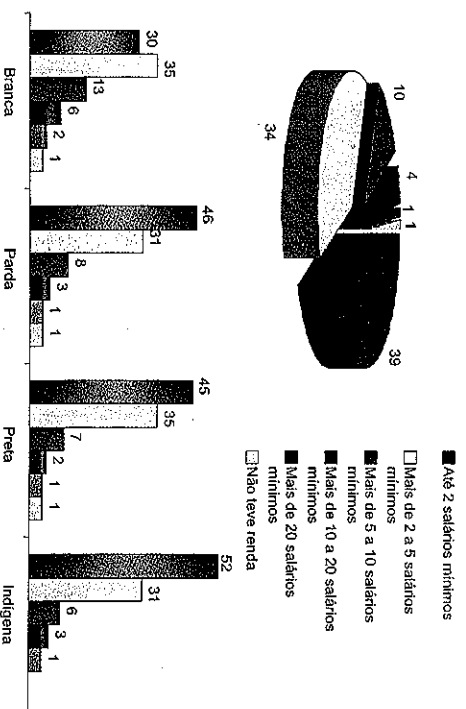


**PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO**

**7 – RENDA PESSOAL MENSAL**  
(espontânea e única, em %)

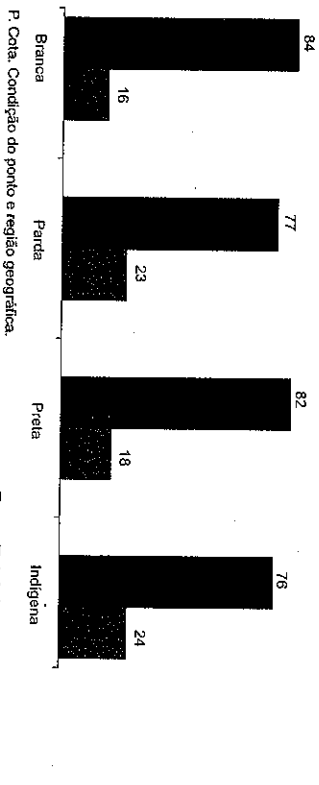
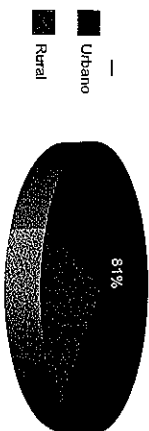


**8 – RENDA FAMILIAR MENSAL**  
(estimulada e única, em %)



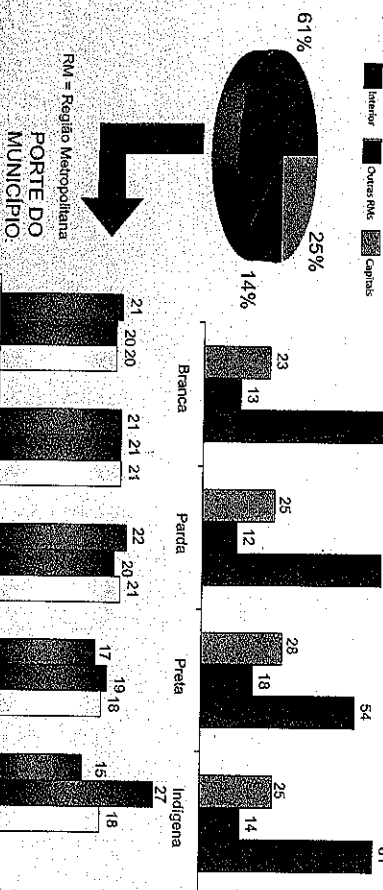
**PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO**

**9 – CONDIÇÃO DO MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA:**  
(estimulada e única, em %)



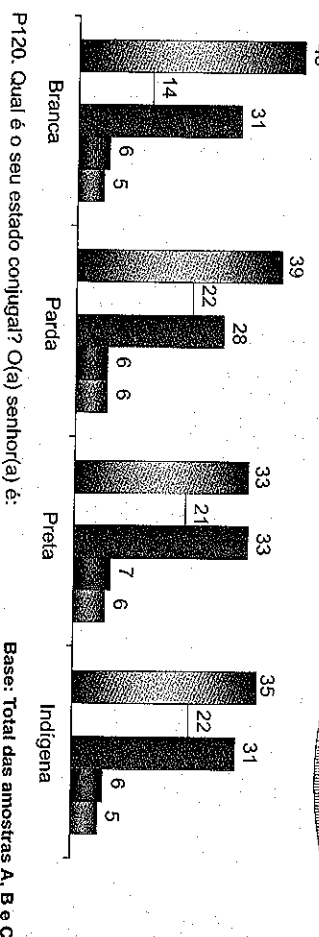
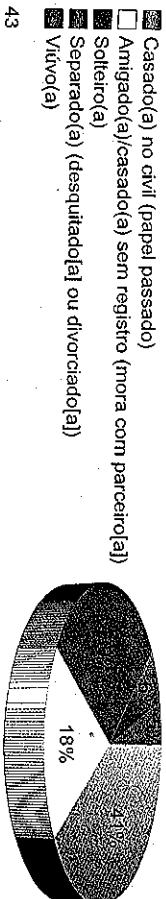
**10 – NATUREZA DO MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA E PORTE**  
(estimulada e única, em %)

CAPITAL X INTERIOR:

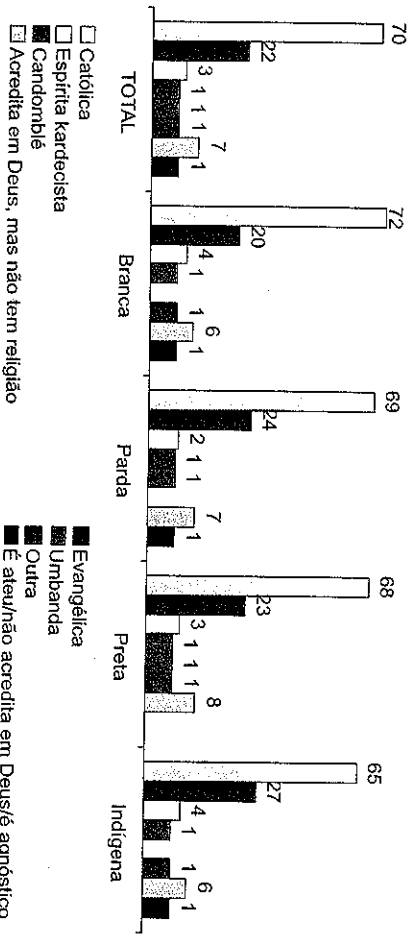


**PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO**

**11 – SITUAÇÃO CONJUGAL**  
(estimulada e única, em %)

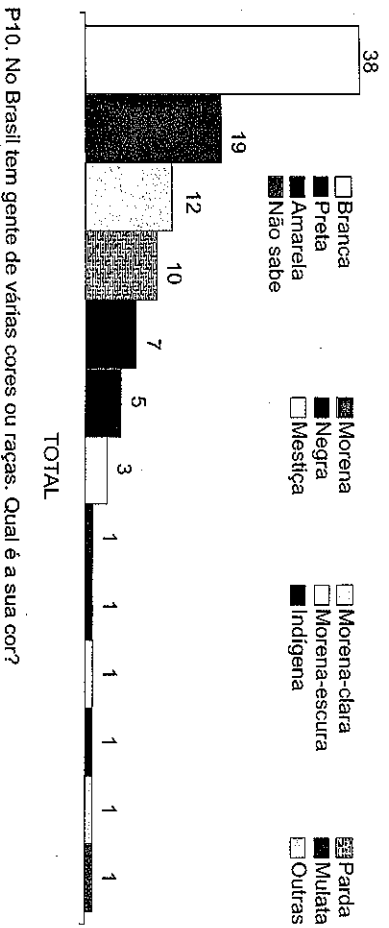


**12 – RELIGIÃO**  
(estimulada e múltipla, em %)



**2 IDENTIDADE RACIAL**

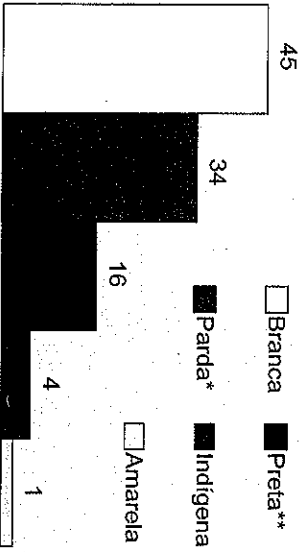
**13 – AUTO-ATRIBUIÇÃO ESPONTÂNEA DE COR**  
(espontânea e única, em %)



P10. No Brasil tem gente de várias cores ou raças. Qual é a sua cor?

Base: Total das amostras A+B+C

**14 – CRITÉRIO DE COR/RAÇA IBGE**  
(estimulada e única, em %)



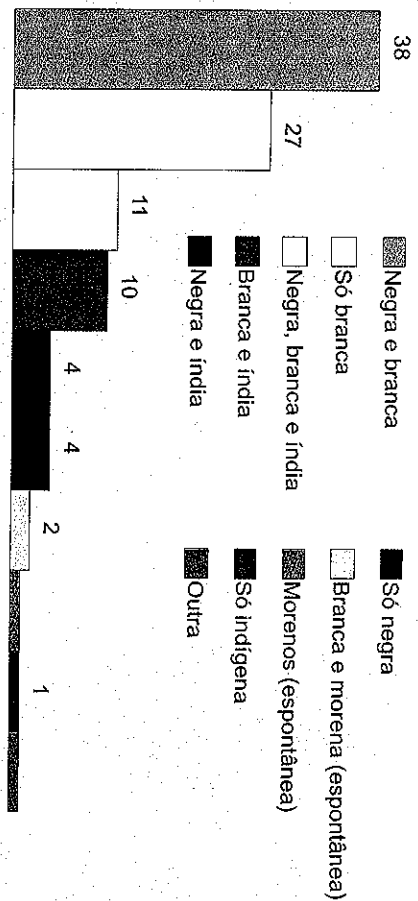
\*Inclui morena, mencionada espontaneamente  
\*\* Inclui negra, mencionada espontaneamente

P12. O senhor diria que sua raça ou cor é branca, preta, parda, indígena ou amarela?

Base: Total das amostras A, B e C

**IDENTIDADE RACIAL**

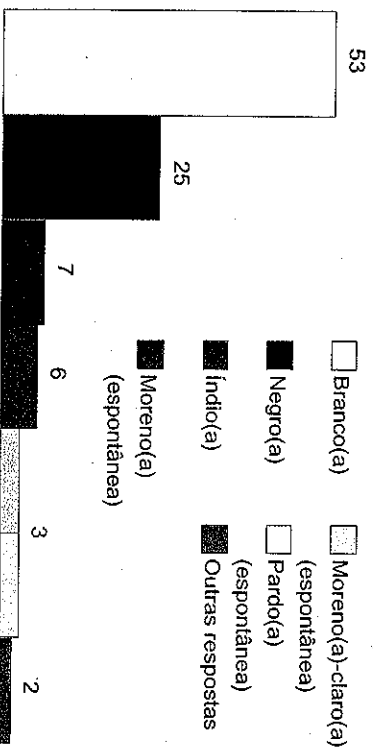
**15 – ASCENDÊNCIA RACIAL**  
(estimulada e única, em %)



P12. Considerando as combinações de cor ou raça de seus avós e de seus pais, o(a) senhor(a) tem quais das seguintes combinações de cor ou raça:

Base: Total das amostras A, B e C

**16 – DEFINIÇÃO DE COR/RAÇA ENTRE AS TRÊS MAIS PRESENTES NO BRASIL**  
(estimulada e única, em %)

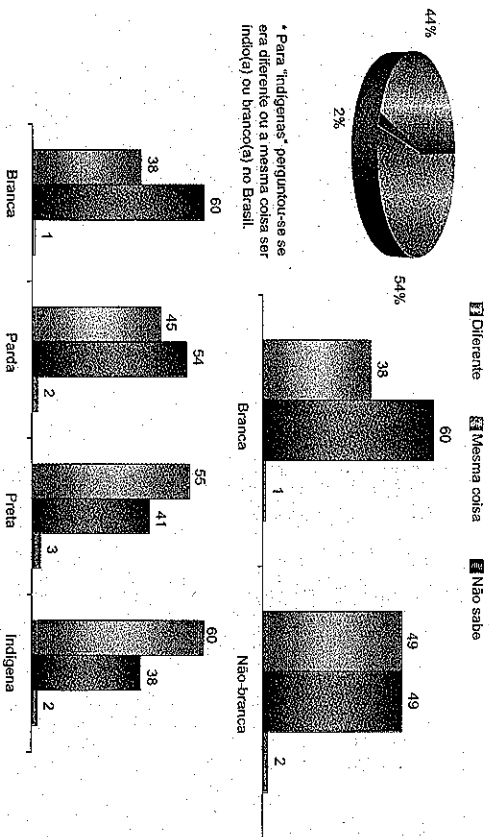


P13. O(a) senhor(a) se considera branco(a), negro(a) ou índio(a)?

Base: Total das amostras A, B e C

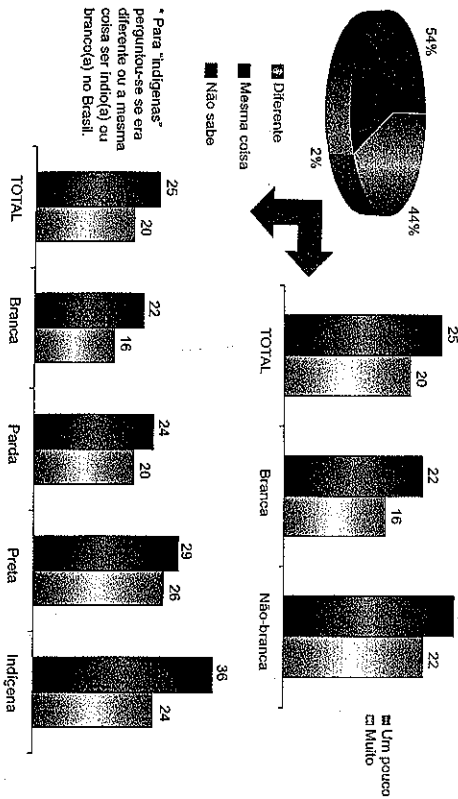
**3 PERCEÇÃO DO RACISMO**

**17 – É DIFERENTE OU A MESMA COISA SER NEGRO(A)\* OU BRANCO(A) NO BRASIL?**  
(estimulada e única, em %)



P21. Na sua opinião, ser negro(a) ou ser branco(a) no Brasil hoje é a mesma coisa ou é diferente?  
Base: Total das amostras A, B e C

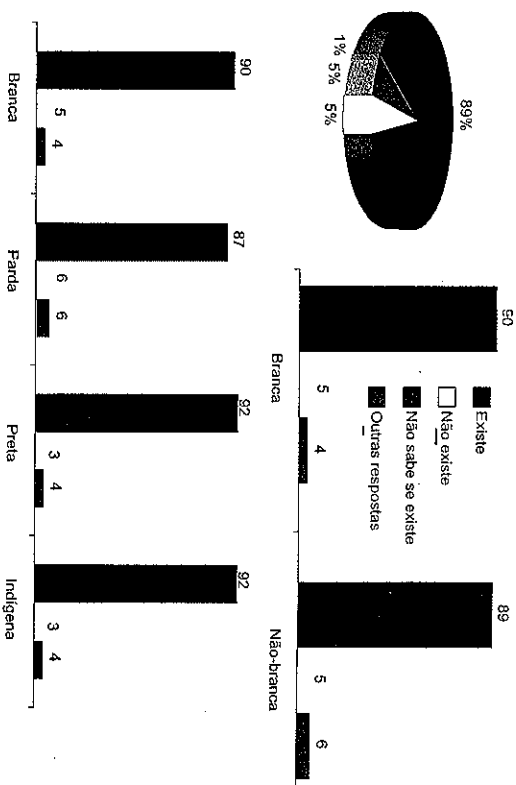
**18 – INTENSIDADE DA DIFERENÇA ENTRE SER NEGRO(A)\* OU BRANCO(A) NO BRASIL**  
(estimulada e única, em %)



P21. Na sua opinião, ser negro(a) ou ser branco(a) no Brasil hoje é a mesma coisa ou é diferente?  
(Se diferente...) Muito ou um pouco?  
Base: Total das amostras A, B e C

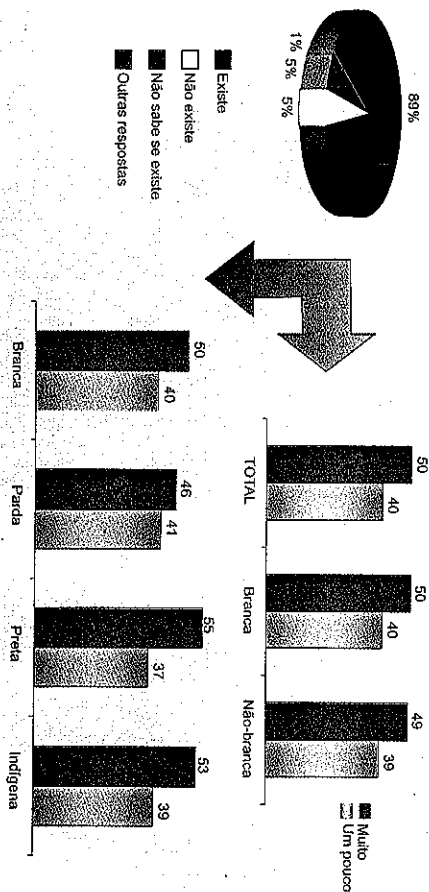
**PERCEÇÃO DO RACISMO**

**19 – EXISTE RACISMO NO BRASIL?**  
(estimulada e única, em %)



P37. Na sua opinião, existe racismo no Brasil?  
Base: Total das amostras A, B e C

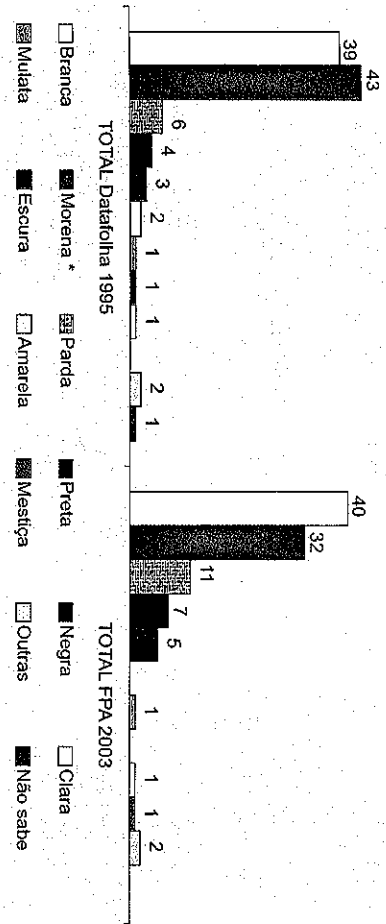
**20 – INTENSIDADE DO RACISMO NO BRASIL**  
(estimulada e única, em %)



P21. Na sua opinião, ser negro(a) ou ser branco(a) no Brasil hoje é a mesma coisa ou é diferente? (Se diferente...) Muito ou um pouco?  
Base: Total das amostras A, B e C

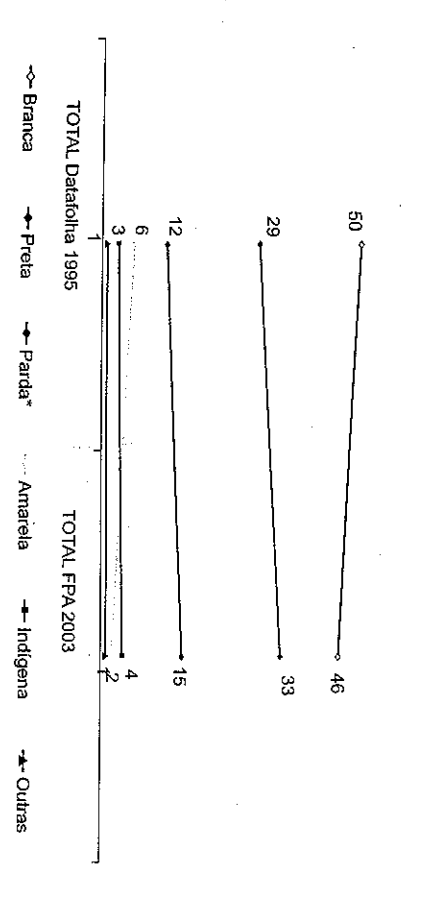
# 4 EVOLUÇÃO DO PRECONCEITO RACIAL NO BRASIL

## 21 - AUTO-ATRIBUIÇÃO ESPONTÂNEA DE COR (espontânea e única, em %)



\* Inclui morena-clara e morena-escura  
 Datafolha: Ver box metodológico na p. 130. Qual é a sua cor?  
 FPA: No Brasil tem gente de várias cores ou raças. Qual é sua cor ou raça?  
 Base: Total da amostra urbana

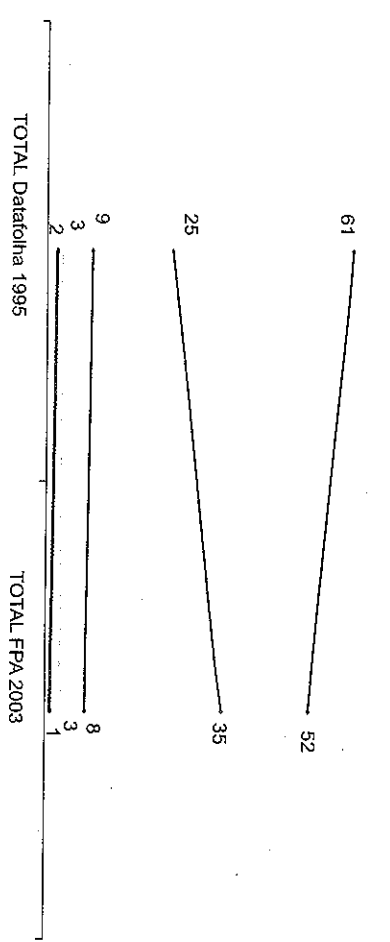
## 22 - EVOLUÇÃO DA AUTOCLASSIFICAÇÃO SEGUNDO CATEGORIAS DO IBGE (estimulada e única, em %)



\* Inclui "morena", manifestada espontaneamente  
 Datafolha: Considerando as seguintes categorias, qual é a sua cor: branca, preta, parda, amarela ou indígena?  
 FPA: O senhor(a) diria que a sua cor ou raça é branca, preta, parda, amarela ou indígena?  
 Base: Total da amostra urbana

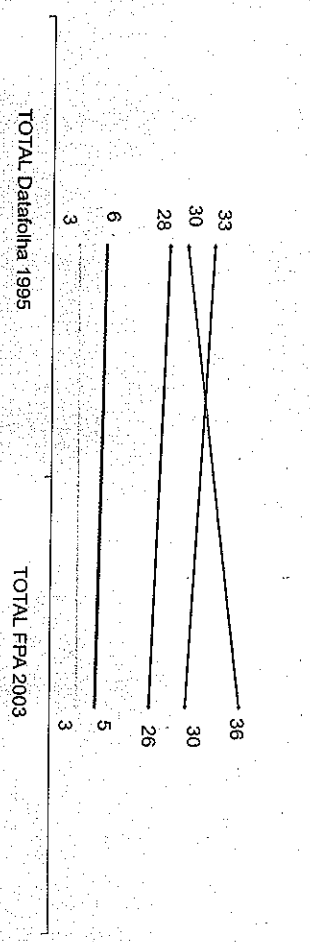
# EVOLUÇÃO DO PRECONCEITO RACIAL NO BRASIL

## 23 - OS BRANCOS TÊM PRECONCEITO DE COR EM RELAÇÃO AOS NEGROS? (estimulada e única, em %)



Datafolha e FPA: Na sua opinião, no Brasil os brancos têm preconceito de cor em relação aos negros? Muito ou um pouco?  
 Base: Total da amostra urbana

## 24 - OS NEGROS TÊM PRECONCEITO DE COR EM RELAÇÃO AOS BRANCOS? (estimulada e única, em %)

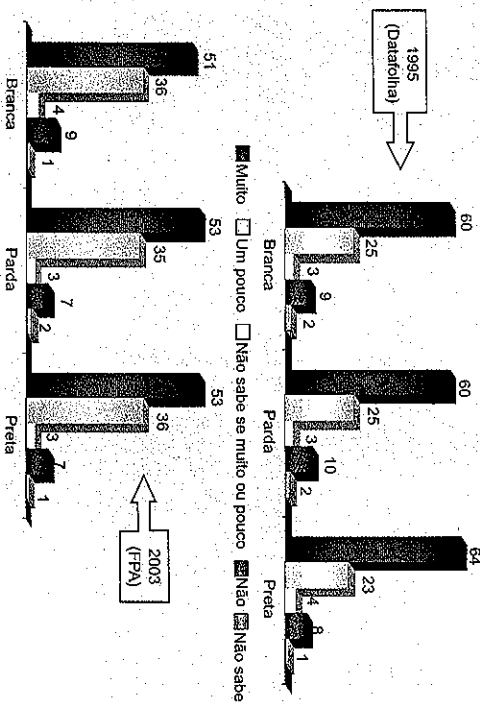


Datafolha e FPA: Os negros têm preconceito de cor em relação aos brancos? Muito ou um pouco?  
 Base: Total da amostra urbana



**EVOLUÇÃO DO PRECONCEITO RACIAL NO BRASIL**

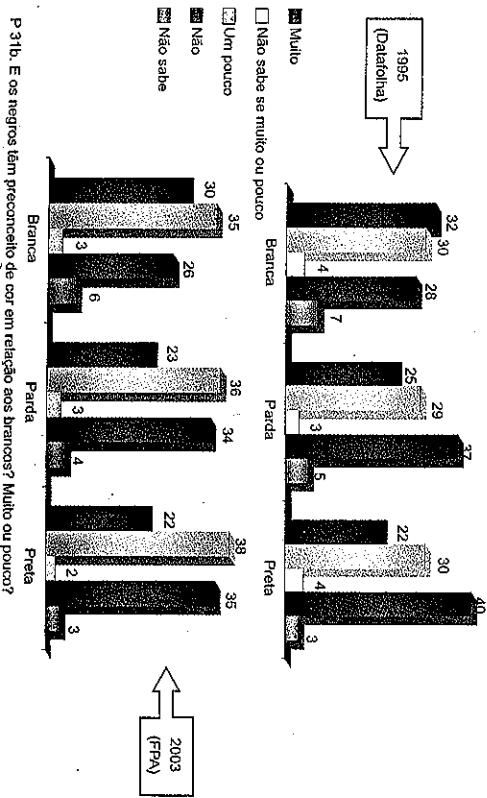
**25 – OS BRANCOS TÊM PRECONCEITO DE COR EM RELAÇÃO AOS NEGROS?**  
(estimulada e única, em %)



P 31a. Na sua opinião, no Brasil, os brancos têm preconceito de cor em relação aos negros?

Base: Total da amostra urbana

**26 – OS NEGROS TÊM PRECONCEITO DE COR EM RELAÇÃO AOS BRANCOS?**  
(estimulada e única, em %)

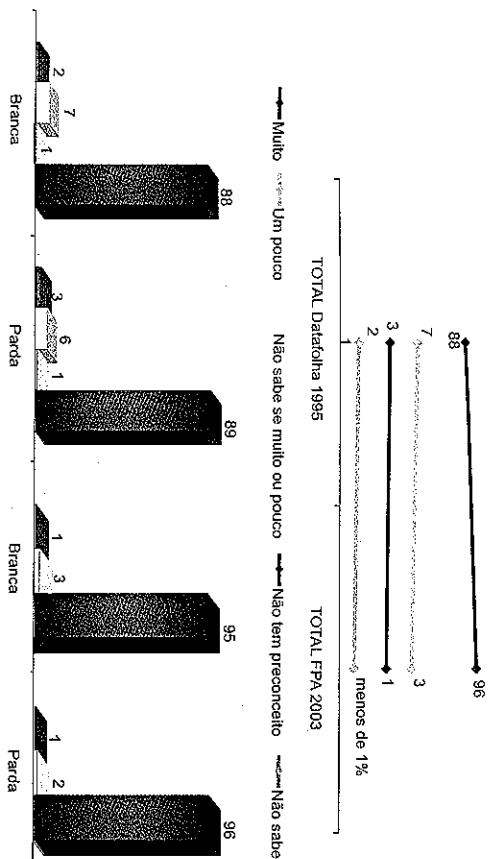


P 31b. Os negros têm preconceito de cor em relação aos brancos? Muito ou pouco?

Base: Total da amostra urbana

**EVOLUÇÃO DO PRECONCEITO RACIAL NO BRASIL**

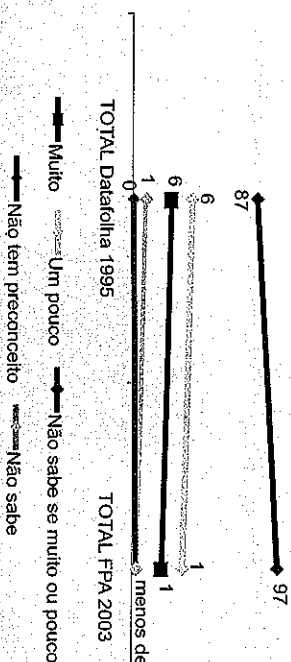
**27 – VOCÊ TEM PRECONCEITO DE COR EM RELAÇÃO AOS NEGROS?**  
(estimulada e única, em %)



Datafolha e FPA. E o(a) senhor(a) tem preconceito de cor em relação aos negros? Muito ou um pouco?

Base: Entrevistados da população urbana de cor não-preta

**28 – VOCÊ TEM PRECONCEITO DE COR EM RELAÇÃO AOS BRANCOS?**  
(estimulada e única, em %)



Datafolha e FPA. E o(a) senhor(a) tem preconceito de cor em relação aos brancos? Muito ou um pouco?

Base: Entrevistados da população urbana de cor preta

## 29 – COMPOSIÇÃO DAS ESCALAS DE MANIFESTAÇÃO DE PRECONCEITO

(estimulada e única, em %)

Você concorda ou discorda de...	Concorda totalmente	Concorda em parte	Discorda em parte	Discorda totalmente
1. Negro bom é negro de alma branca.	2 pontos	1 ponto	1 ponto	zero ponto
2. Uma coisa boa do povo brasileiro é a mistura de raças.	zero ponto	1 ponto	1 ponto	2 pontos
3. As únicas coisas que os negros sabem fazer bem é música e esportes.	2 pontos	1 ponto	1 ponto	zero ponto
4. Toda raça tem gente boa e gente ruim, isso não depende da cor da pele.	zero ponto	1 ponto	1 ponto	2 pontos
5. Negro, quando não faz besteira na entrada, faz na saída.	2 pontos	1 ponto	1 ponto	zero ponto
6. Se pudessem comer bem e estudar, os negros teriam sucesso em qualquer profissão.	zero ponto	1 ponto	1 ponto	2 pontos
7. Se Deus fez raças diferentes é para que elas não se misturem.	2 pontos	1 ponto	1 ponto	zero ponto

O que você faria se...	Não se importaria	Ficaria contrariado, mas aceitaria	Não aceitaria de modo algum
8. Tivesse um chefe negro?	zero ponto	1 ponto	2 pontos
9. Várias famílias negras fossem morar na sua vizinhança?	zero ponto	1 ponto	2 pontos
10. Um(a) filho(a) casasse com uma pessoa negra?	zero ponto	1 ponto	2 pontos
11. Quem são os mais inteligentes, os brancos ou os negros?	Não existe diferença	Os brancos	Os negros
	zero ponto	2 pontos	2 pontos
12. Votaria ou já votou em algum político negro?	Não votou, mas votaria	Já votou	Não votou, nem votaria
	zero ponto	zero ponto	2 pontos

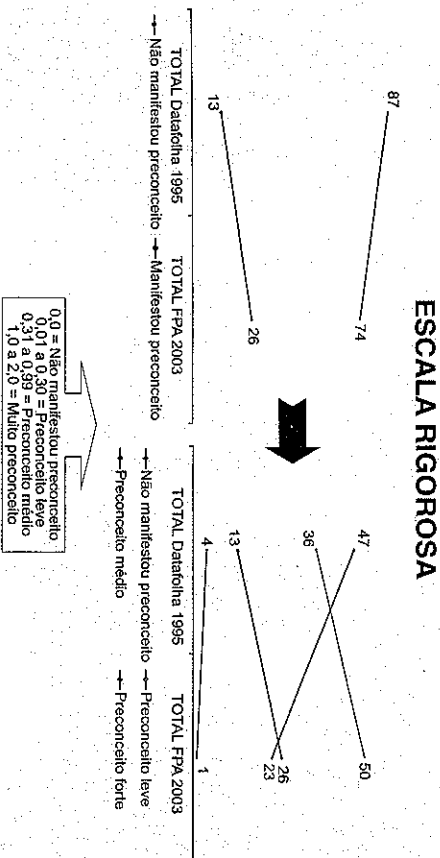
### Composição das escalas de manifestação de preconceito: (estimulada e única, em %)

Considerando que os entrevistados não assumiram abertamente seus preconceitos, o questionário trouxe 12 questões especificamente voltadas para a aferição indireta de preconceito de cor, composto por uma bateria de sete frases, em sua maioria propositalmente preconceituosas, presentes na linguagem cotidiana da população, para as quais mediram-se graus de concordância e discordância; uma pergunta sobre a crença na diferença de inteligência entre negros e brancos; outra sobre a disposição a votar e o retrospecto de voto em políticos negros; e finalmente três enunciados hipotéticos sobre (a) ser chefe/da no trabalho por pessoa de outra raça/cor, (b) ter vizinhança predominante de famílias de outra raça/cor e (c) um filho ou filha casar com pessoa de outra raça/cor, indagando-se sobre a aceitação ou reação às situações descritas. Os quadros 30 a 33 foram compostos a partir destas perguntas e da escala apresentada no quadro 29.

Essas 12 variáveis compõem dois algoritmos construídos em 1995, pelo Instituto de Pesquisas Datafolha, a partir da pontuação das respostas, que permitem aferir a manifestação indireta de preconceito de cor por meio de duas escalas: uma *rigorosa*, composta pelos 12 itens, outra *complacente*, composta por cinco destes itens. Sua reaplicação teve como fim medir a evolução desse indicador de preconceito no período de oito anos que separa as duas investigações.

**EVOLUÇÃO DO PRECONCEITO RACIAL NO BRASIL**

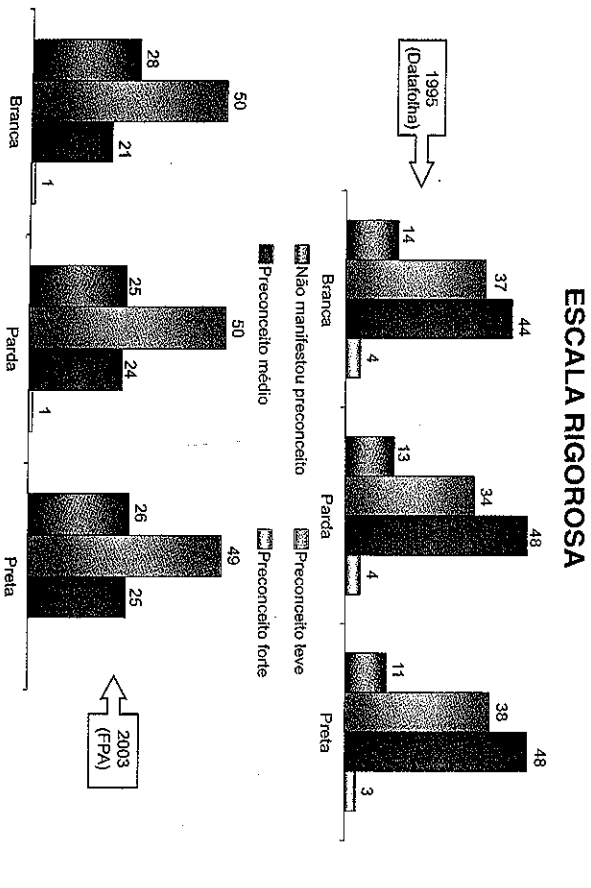
**30 – PRECONCEITO RACIAL MANIFESTO**



Escala rigorosa: composta pelos 12 itens

Base: Total da amostra – população urbana

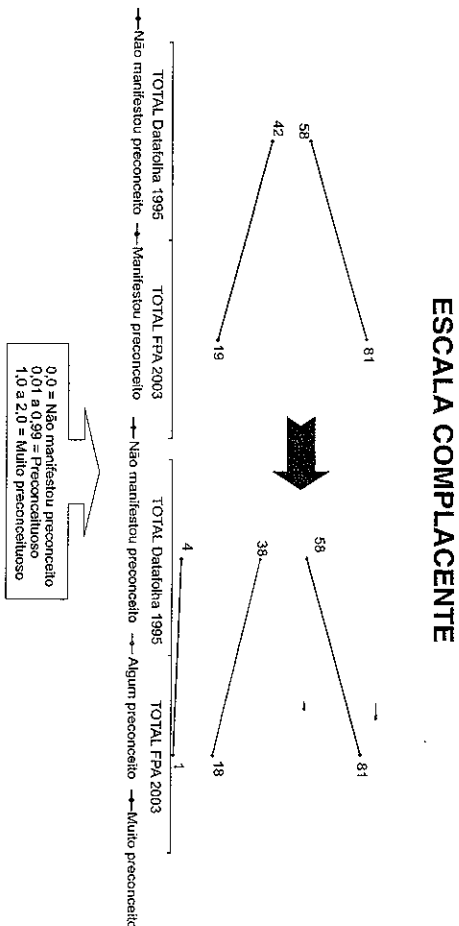
**31 – PRECONCEITO RACIAL MANIFESTO, POR RAÇA/COR**



Base: Total da amostra – população urbana

**EVOLUÇÃO DO PRECONCEITO RACIAL NO BRASIL**

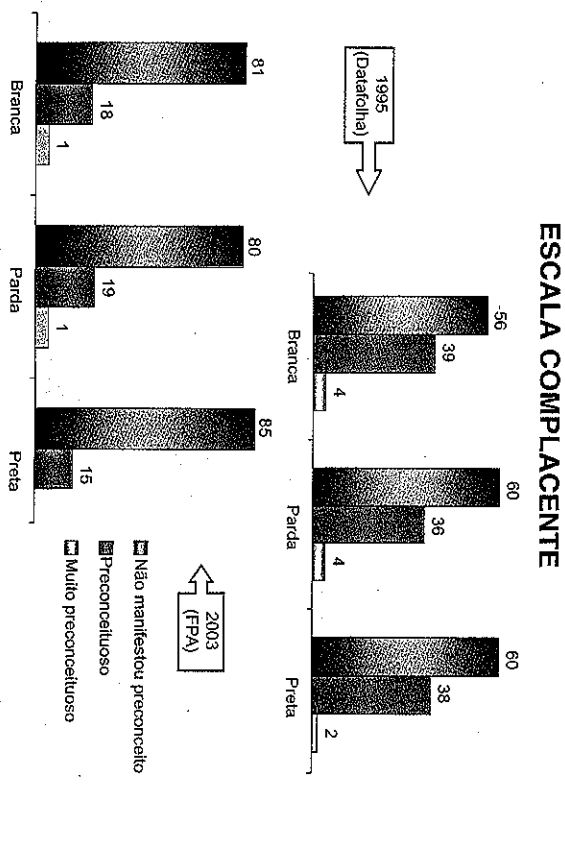
**32 – PRECONCEITO RACIAL MANIFESTO**



Escala complacente: composta pelos itens 5, 8, 9, 10 e 12

Base: Total da amostra – população urbana

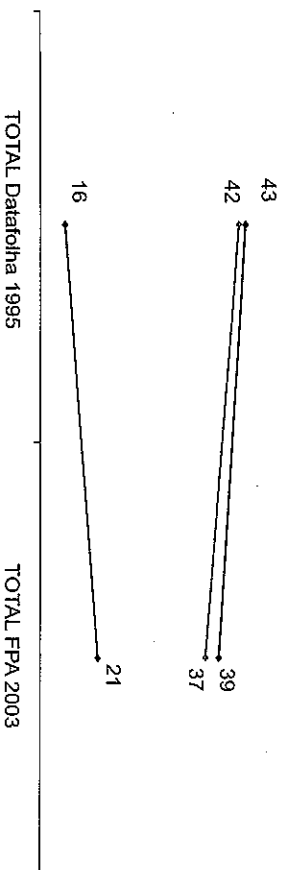
**33 – PRECONCEITO RACIAL MANIFESTO, POR RAÇA/COR**



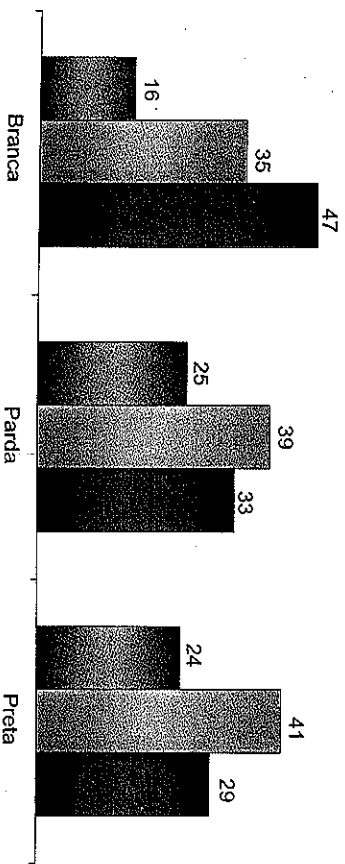
Base: Total da amostra – população urbana

**EVOLUÇÃO DO PRECONCEITO RACIAL NO BRASIL**

**34 – EVOLUÇÃO DE ATITUDES PRECONCEITUOSAS**  
(estimulada e única, em %)  
**JÁ NAMOROU OU CASOU COM ALGUÉM DE COR DIFERENTE DA SUA?**



- Nunca namorou nem casou com alguém de cor diferente
- ◆— Namorou, mas não casou
- ▲— Casou com alguém de cor diferente

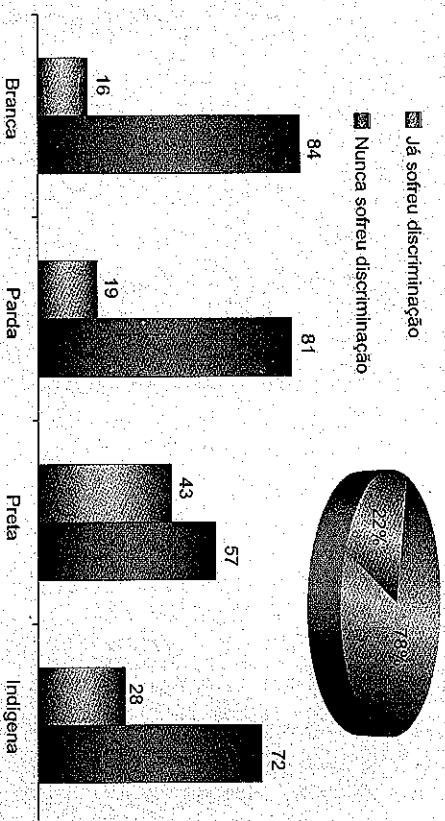


P123. Alguma vez o(a) senhor(a) já namorou ou casou com alguém de cor diferente da sua?

Base: Total da amostra urbana

**5 DISCRIMINAÇÃO RACIAL**

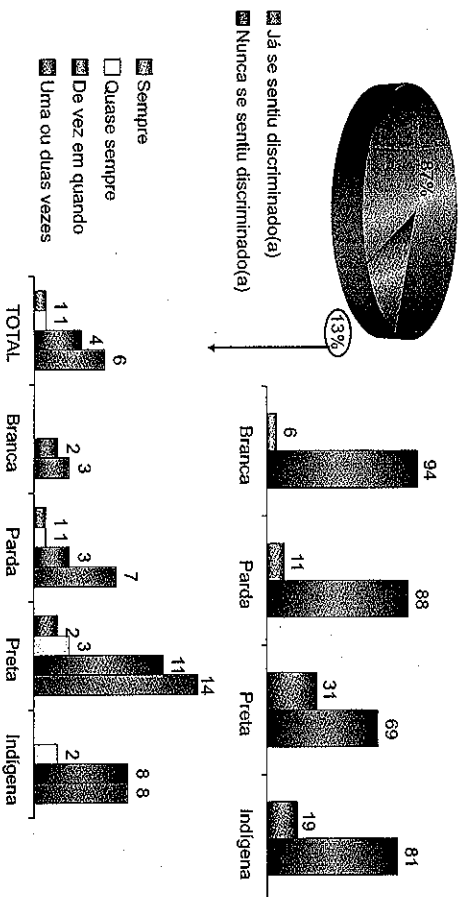
**35 – ÍNDICE GERAL DE DISCRIMINAÇÃO INSTITUCIONAL PERCEBIDA**  
(estimulada e única, em %)



Índice geral – percepção geral espontânea de discriminação e/ou discriminação percebida em uma ou mais das seguintes áreas: educação, trabalho, justiça, saúde, lazer.

Base: Filtro amostra C

**36 – DISCRIMINAÇÃO RACIAL DECLARADA**  
(espontânea e única, em %)



P35. O(a) senhor(a) já se sentiu discriminado(a) alguma vez por causa da sua cor ou raça? Se sim: O(a) senhor(a) diria que costuma ser discriminado(a):

Base: Filtro amostra C

**DISCRIMINAÇÃO RACIAL****37 – PERCEÇÃO DE SITUAÇÕES DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL**  
(espontânea e múltipla, em %)

	SITUAÇÕES DE DISCRIMINAÇÃO		
	TOTAL	Branca	Não-branca
Trabalho	31	25	33
Relações pessoais	22	19	23
Educação	13	14	-13
Eventos festivos	7	15	5
Lugares públicos	6	2	7
Estabelecimentos comerciais	6	3	7
Polícia	2	-	2
Outras	14	13	15
Não respondeu	5	14	2

P36. Em que situações o(a) senhor(a) já se sentiu discriminado por causa de sua cor ou raça?

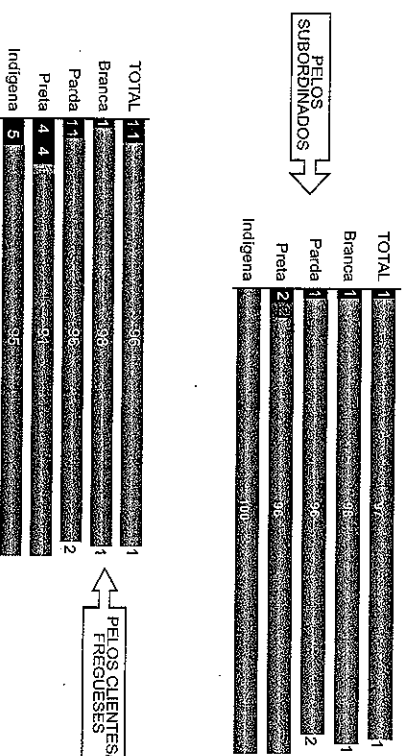
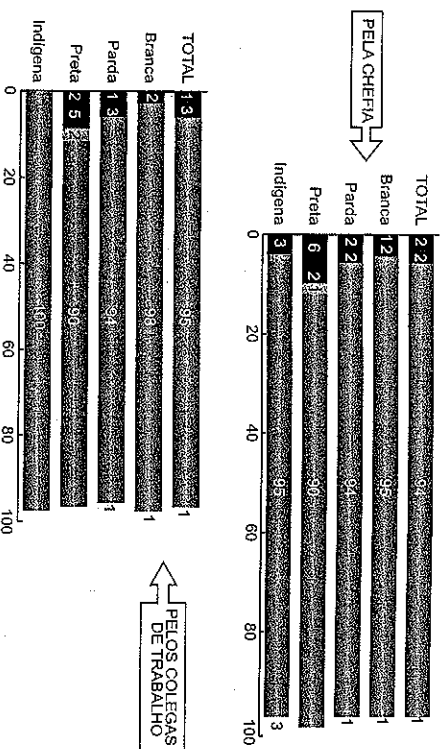
Base: Entrevistados(as) que já se sentiram discriminados(as)

**38 – ÍNDICES DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL**  
(estimulada e única, em %)

	TOTAL	Branca	Parda	Preta	Indígena	Branca	Não-branca
<b>ÍNDICE GERAL DE PERCEÇÃO DE DISCRIMINAÇÃO</b>							
Já sofreu discriminação	22	16	19	43	28	16	28
Não sofreu	78	84	81	57	72	84	74
<b>PERCEÇÃO ESPONTÂNEA DE DISCRIMINAÇÃO</b>							
Já se sentiu discriminado(a)	13	7	12	30	19	7	18
Não se sentiu	87	93	88	70	81	93	82
<b>ÍNDICE DE PERCEÇÃO DE DISCRIMINAÇÃO NA ESCOLA</b>							
Já sofreu discriminação	7	5	6	14	12	5	9
Não sofreu	93	95	94	87	88	95	92
<b>ÍNDICE DE PERCEÇÃO DE DISCRIMINAÇÃO NO TRABALHO</b>							
Já sofreu discriminação	8	5	8	18	8	5	11
Não sofreu	91	94	90	82	89	94	88
<b>ÍNDICE DE PERCEÇÃO DE DISCRIMINAÇÃO PELA POLÍCIA</b>							
Já sofreu discriminação	6	4	5	15	7	4	8
Não sofreu	93	96	96	85	93	96	92
<b>ÍNDICE DE PERCEÇÃO DE DISCRIMINAÇÃO NA SAÚDE</b>							
Já sofreu discriminação	3	1	3	6	3	1	4
Não sofreu	97	99	97	94	97	99	96
<b>ÍNDICE DE PERCEÇÃO DE DISCRIMINAÇÃO NO LAZER</b>							
Já sofreu discriminação	3	1	2	8	8	1	4
Não sofreu	97	99	98	92	92	99	96

Índices: percepção geral de discriminação e/ou discriminação percebida em uma ou mais das seguintes áreas: educação, trabalho, justiça, saúde, lazer.

Base: Total – filtro amostra C

**DISCRIMINAÇÃO RACIAL****39 – FREQUÊNCIA COM QUE SE SENTIU DISCRIMINADO NO TRABALHO**  
(estimulada e única, em %)

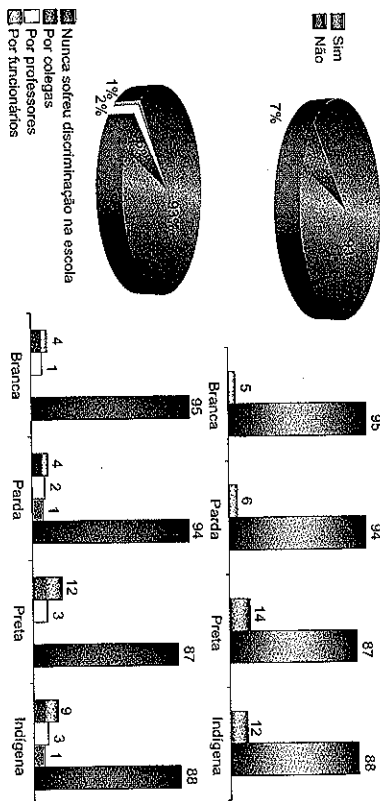
■ Uma vez    ■ Sempre    □ Não sabe    ■ Algumas vezes    ■ Nunca foi discriminado(a)

P90a a P90d. Considerando a sua cor ou raça, alguma vez o(a) senhor(a) já se sentiu injustiçado(a) ou discriminado(a) por algum cliente ou superior? E pelos colegas de trabalho? E pelos subordinados no trabalho? E por algum cliente ou freguês?

Base: Entrevistados(as) que trabalham ou trabalharam – filtro amostra C

**DISCRIMINAÇÃO RACIAL**

**40 – DISCRIMINAÇÃO RACIAL VIVIDA NO AMBIENTE ESCOLAR**  
(estimulada e única, em %)



P70. E, alguma vez na escola (a) senhor(a) se sentiu injustiçado(a), discriminado(a) ou foi motivo de gozação dos colegas, de professores ou funcionários por causa de sua cor ou raça?

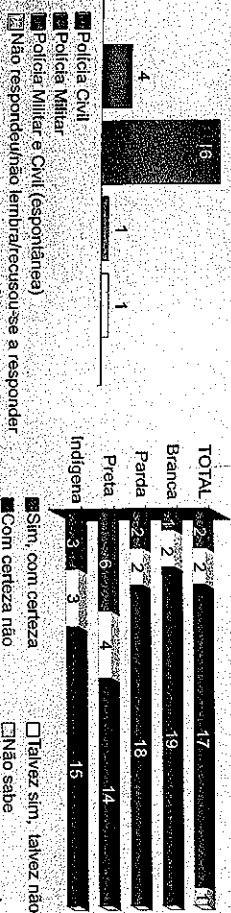
Base: Entrevistados(as) que têm algum grau de instrução – filtro amostra C

**41 – OCORRÊNCIAS COM A POLÍCIA JUSTIÇA**  
(estimulada e única, em %)



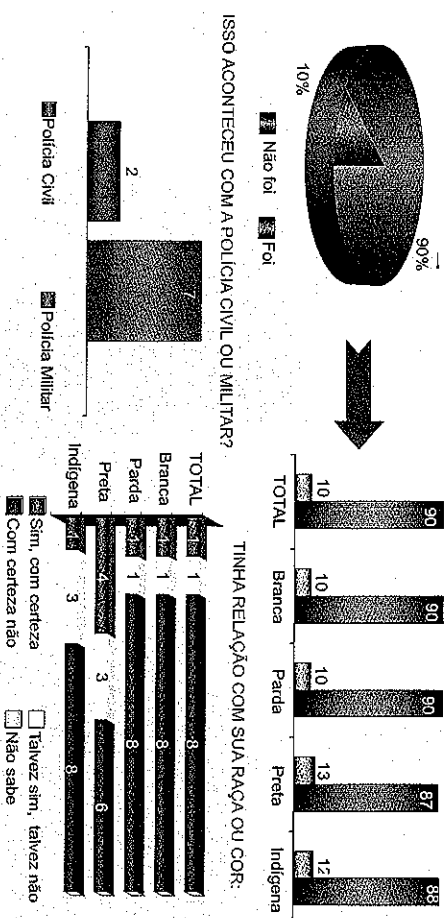
ISSO ACONTECEU COM A POLÍCIA CIVIL OU MILITAR?

TINHA RELAÇÃO COM SUA RAÇA OU COR:



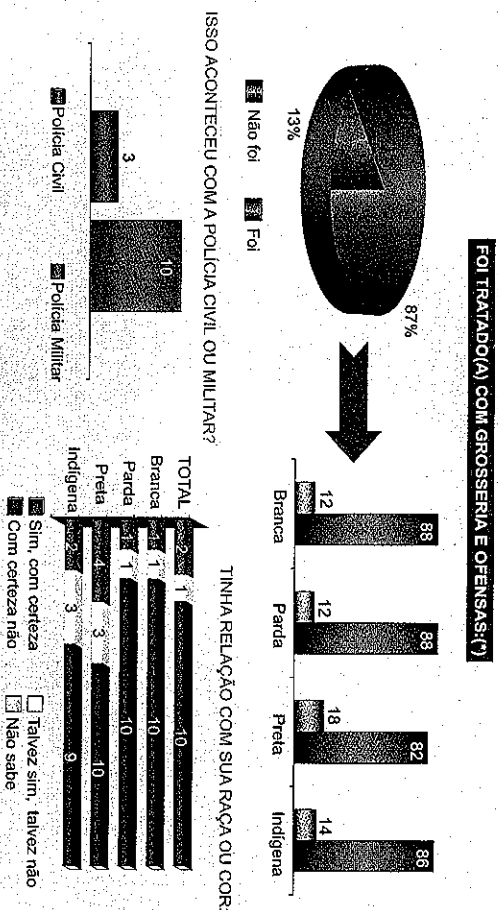
**DISCRIMINAÇÃO RACIAL**

**FOI TRATADO(A) COM IRONIA OU GOZAÇÃO(\*)**



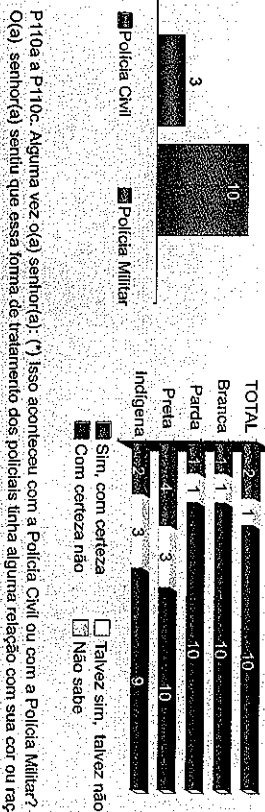
ISSO ACONTECEU COM A POLÍCIA CIVIL OU MILITAR?

TINHA RELAÇÃO COM SUA RAÇA OU COR:



ISSO ACONTECEU COM A POLÍCIA CIVIL OU MILITAR?

TINHA RELAÇÃO COM SUA RAÇA OU COR:

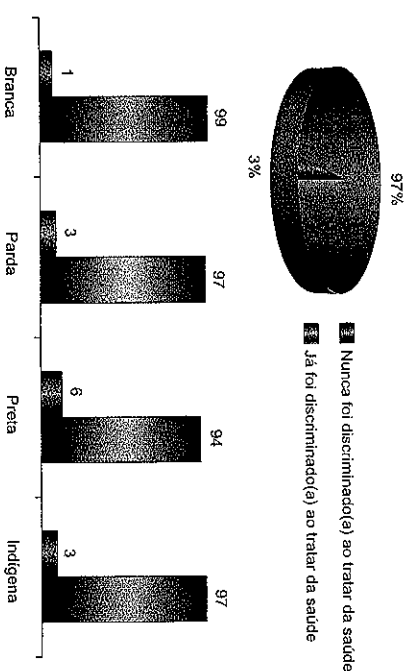


P10a a P10c. Alguma vez o(a) senhor(a): (\*) Isso aconteceu com a Polícia Civil ou com a Polícia Militar? O(a) senhor(a) sentiu que essa forma de tratamento dos policiais tinha alguma relação com sua cor ou raça?

Base: Total das amostras B e C

**DISCRIMINAÇÃO RACIAL**

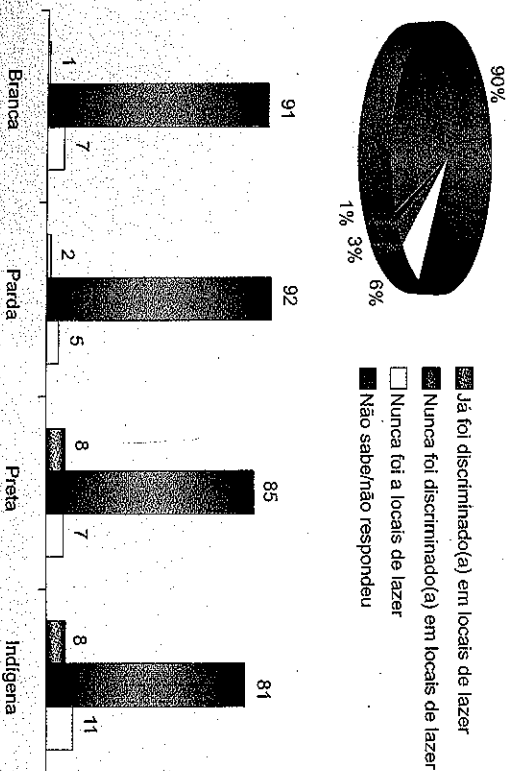
**42 – DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA ÁREA DA SAÚDE**  
(estimulada e única, em %)



P149. O(a) senhor(a) já se sentiu mal atendido(a), discriminado(a) ou hostilizado(a) por causa de sua cor ou raça alguma vez em que precisou tratar da saúde?

Base: Entrevistados(as) que tratam ou já trataram da saúde – filtro amostra C

**43 – DISCRIMINAÇÃO RACIAL VIVIDA NO AMBIENTE DE LAZER**  
(estimulada e única, em %)

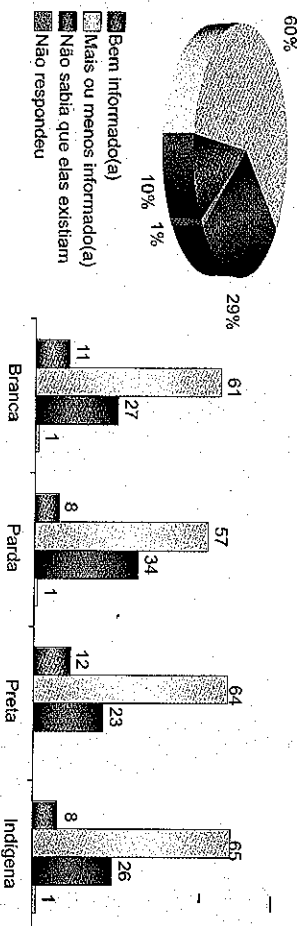


P165. O(a) senhor(a) já se sentiu mal atendido(a), discriminado(a) ou hostilizado(a) por causa de sua cor ou raça alguma vez em algum lugar de lazer?

Base: Filtro total da amostra C

**6 POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO RACIAL**

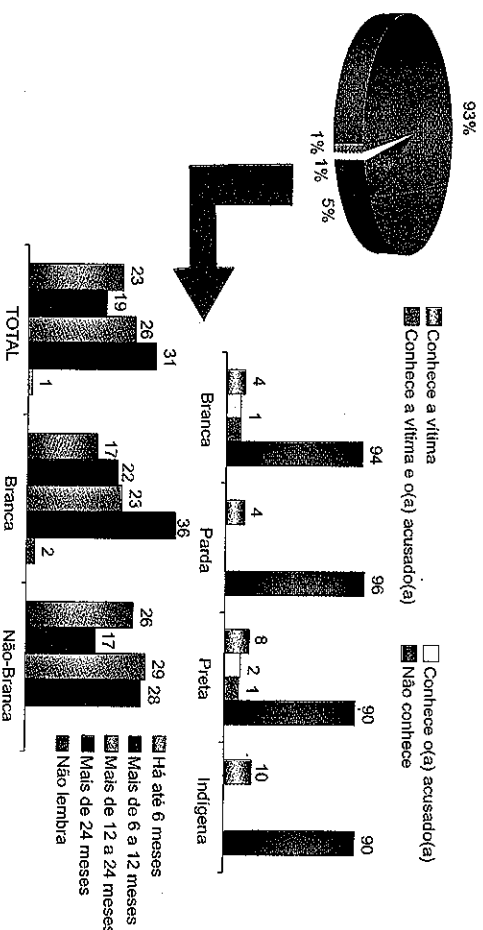
**44 – CONHECIMENTO SOBRE LEIS CONTRA DISCRIMINAÇÃO RACIAL**  
(estimulada e única, em %)



P40. Existem no Brasil algumas leis que tratam do racismo, considerando crime vários atos de discriminação racial ou preconceito de cor ou raça. Em relação a essas leis o(a) senhor(a) diria que está: ...

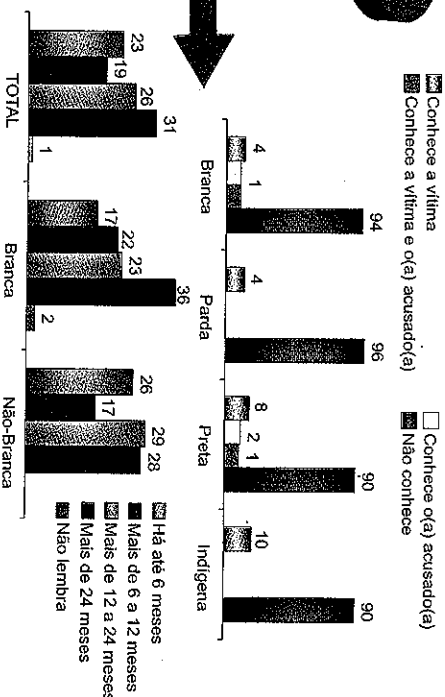
Base: Total da amostra B

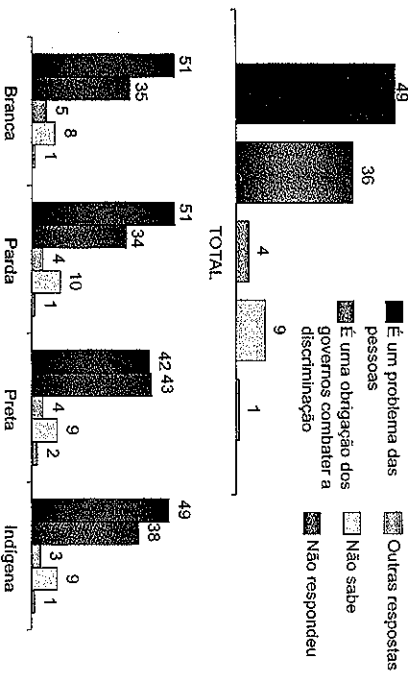
**45 – CONHECIMENTO PESSOAL DE CASOS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA JUSTIÇA E HÁ QUANTO TEMPO OCORREU**  
(estimulada e única, em %)



P42 e P42a. O(a) senhor(a) conhece pessoalmente alguém que foi vítima ou acusado de discriminação racial ou preconceito de cor, em disputa que tenha ido parar na Justiça? Quando foi o caso de crime de racismo mais recente de gente que o(a) senhor(a) conhece que foi parar na Justiça?

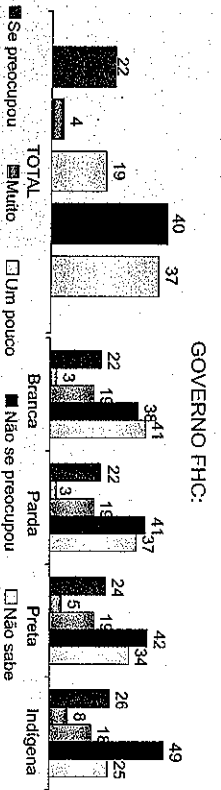
Base: Total da amostra B e dos que conhecem algum caso que foi parar na Justiça



**POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE  
À DISCRIMINAÇÃO RACIAL**
**46 – DE QUEM É A OBRIGAÇÃO DE COMBATER  
A DISCRIMINAÇÃO RACIAL**  
(estimulada e única, em %)


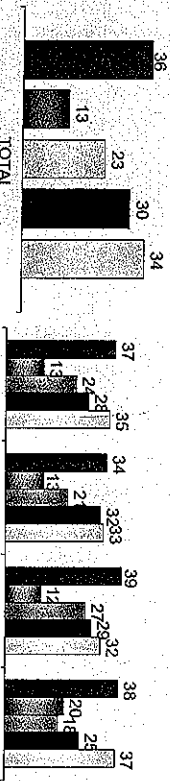
P43. Na sua opinião, os governos deveriam ter a obrigação de combater o racismo e a discriminação racial, ou isso é um problema que as pessoas têm de resolver entre elas, sem a interferência do governo?

Base: Total da amostra C

**47 – ATUAÇÃO DOS GOVERNOS NO COMBATE  
À DISCRIMINAÇÃO RACIAL**  
(estimulada e única, em %)


GOVERNO FHC:

GOVERNO LULA:



P44 e P44b. Pelo que o(a) senhor(a) sabe, o governo anterior, do presidente FHC, se preocupou muito, um pouco ou não se preocupou em diminuir a desigualdade entre negros e brancos no Brasil? E o atual governo, do presidente Lula, está muito preocupado, um pouco ou não está preocupado em diminuir a desigualdade entre negros e brancos no Brasil?

Base: Total da amostra C

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE  
À DISCRIMINAÇÃO RACIAL**
**48 – ATUAÇÃO DOS GOVERNOS NO COMBATE  
À DISCRIMINAÇÃO RACIAL – GOVERNO FHC:**  
(espontânea e múltipla, em %)

Base: Total da amostra C	TOTAL	Branca	Parda	Preta	Indígena
	1.671	748	575	266	70
<b>PESOS:</b>	100%	45%	34%	16%	4%
<b>EDUCAÇÃO</b>	5	6	4	3	3
Cota de vagas para negros nas universidades/escolas	4	5	4	2	1
<b>LEIS</b>	4	4	5	4	5
Criou leis contra a discriminação racial	2	2	2	2	4
Criou leis contra o racismo	1	*	1	1	-
Criou a lei de reserva de cotas para negros nas empresas	1	1	1	1	1
<b>EMPREGO</b>	1	2	1	2	1
Criou mais vagas de emprego para os negros	1	1	*	1	-
<b>CAMPANHAS</b>	1	1	1	2	2
<b>SAÚDE</b>	1	*	*	1	-
<b>OUTRAS</b>	1	*	1	1	1
<b>NÃO RESPONDEU</b>	1	1	1	*	-
<b>NÃO LEMBRA</b>	5	5	4	7	4
<b>NENHUMA/NA DA</b>	28	27	27	28	35
<b>NÃO SABE</b>	55	56	55	53	50

O símbolo \* indica que o índice não atingiu 1%. Já o símbolo - indica que o item não foi mencionado.

P45. Pelo que o(a) senhor(a) sabe ou ouviu falar, o que o governo Fernando Henrique Cardoso fez para combater a discriminação racial e diminuir a desigualdade entre negros e brancos no Brasil?

Base: Total da amostra C



**POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE  
À DISCRIMINAÇÃO RACIAL**
**49 – ATUAÇÃO DOS GOVERNOS NO COMBATE  
À DISCRIMINAÇÃO RACIAL – GOVERNO LULA:**  
(espontânea e múltipla, em %)

Base: Total da amostra C	TOTAL	Branca	Parda	Preta	Indígena
	1.671	748	575	266	70
PESOS:	100%	45%	34%	16%	4%
EMPREGO	23	21	23	25	36
Mais trabalho para os negros/mais oportunidades para os negros	10	8	12	15	11
Empregos para todos sem distinção entre negros e brancos/mais oportunidades de emprego	9	9	9	8	12
Oferencar cargos públicos/vagas nos serviços/concursos públicos para os negros	3	3	2	2	11
EDUCAÇÃO	15	17	12	15	14
Acesso ao estudo para negros/mais espaço para pessoas negras estudarem	3	4	2	3	3
Fazer que as escolas ensinassem a não ter preconceito/receber os negros com mais dignidade	2	3	2	1	1
Fazer escolas/mais escolas para população em geral	2	3	1	2	-
Melhorar o ensino para todos	2	2	1	1	3
Mais vagas nas faculdades para negros	1	1	2	2	2
Cotas: acabar com as cotas/proibir as cotas/oferecer igualdade/mesma oportunidade de vagas	1	1	1	2	-
Cotas: garantir cotas para os negros	1	2	1	1	3
Cursos de profissionalização/qualificação	1	*	2	*	1
Um estudo melhor para pessoas negras/de melhor qualidade	1	1	1	1	-
Outros aspectos relacionados à educação	1	1	1	2	-

P46. O que o(a) senhor(a) acha que o governo Lula deveria fazer para combater a discriminação racial e diminuir a desigualdade entre negros e brancos?

Base: Total da amostra C

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE  
À DISCRIMINAÇÃO RACIAL**

LEIS/DIREITOS	15	14	16	17	15
Leis que incriminam as pessoas contra discriminação racial/leis que acabem com o racismo em toda e qualquer situação	5	5	6	5	7
Aplicar as leis/fazer cumprir-as/deveriam ser mais rígidas as leis/mais rigor para cumprir	5	4	5	7	1
Direitos e deveres iguais para todos/reivindicar os direitos dos negros	2	3	2	1	-
Novas leis/mais leis	1	1	2	1	3
Leis que obriguem as empresas a contratar negros	1	1	1	1	1
Leis que obriguem as empresas a ter nos cargos de primeiro escalão ao menos um negro/oferecer oportunidade para cargos de alto escalão para os negros	1	*	1	*	3
Lei que obrigasse as empresas a contratar número igual de brancos e negros	1	1	1	*	-
Outros aspectos relacionados a leis	1	1	1	2	1
CAMPANHAS	10	13	9	8	11
Campante para conscientizar as pessoas de que não existe diferença alguma entre elas/campanha de união, propaganda para unir brancos e negros	6	7	5	3	4
Fazer campanha na TV combatendo, falando a respeito do racismo	3	4	2	3	1
Campante contra o racismo	1	1	1	2	4
Outros aspectos relacionados a campanhas	1	1	1	1	1
ISSO É UM PROBLEMA DAS PESSOAS	7	8	7	5	8
É uma questão individual, tanto negros como brancos têm acesso em qualquer lugar/as pessoas têm que se conscientizar de que todos são iguais	7	8	7	5	8
JÁ ESTÁ FAZENDO	4	3	4	6	3
ALIMENTAÇÃO	3	2	3	5	2

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO RACIAL**

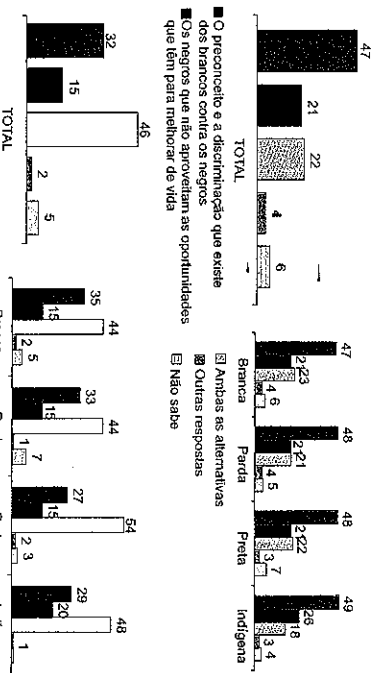
	1	1	2	2	-
Fome Zero	1	1	2	2	-
Diminuir a fome/dar mais apoio aos negros, com/alterar cidade com a fome	1	*	1	1	2
EMPREGO	1	1	1	2	1
Vários negros e negras ocupando altos cargos/colocou uma mulher negra no poder	1	1	1	2	1
MANTER AS LEIS QUE EXISTEM	1	1	1	1	1
Já existem leis para resolver isso/as leis que já existem são suficientes/continuar a lei criada pelo FHC	1	1	*	1	1
IGUALDADE	2	3	2	2	3
Investir em justiça social/desigualdade social/distribuição de renda	2	3	1	2	3
PALESTRAS	2	2	2	2	3
Palestras instruindo brancos e negros que não existe diferença de cor/palestras em escolas/palestras para conscientização das raças	2	2	2	2	3
SALÁRIOS	2	2	2	2	3
Negros terem mais oportunidades para aumentar seus ganhos salariais	1	1	*	1	1
Salários iguais	1	1	1	*	-
OPORTUNIDADES	1	2	1	1	2
Mais oportunidades aos negros para se colocarem na sociedade/dar condições dignas para o negro	1	1	*	1	2
SAÚDE	1	1	*	2	-
POLÍTICAS PÚBLICAS	1	*	1	1	-
MORADIA	1	1	1	1	3
ESPORTES/CULTURA	1	*	1	1	2
OUTROS	2	1	2	1	2
NÃO RESPONDEU	1	1	1	-	2
NENHUMA	4	3	3	4	4
NÃO SABE	28	29	30	26	17

P46. O que o(a) senhor(a) acha que o governo Lula deveria fazer para combater a discriminação racial e diminuir a desigualdade entre negros e brancos?

Base: Total da amostra C

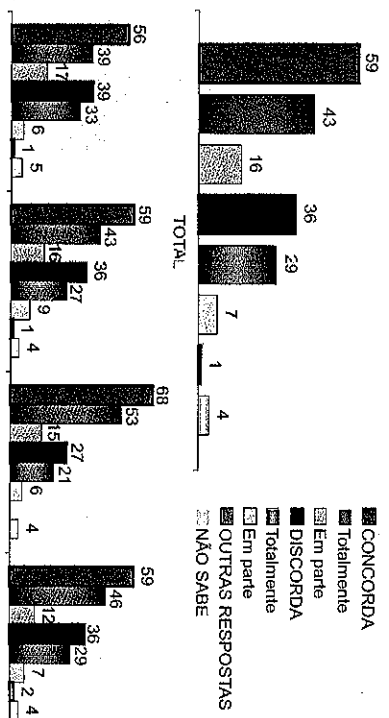
**POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO RACIAL**

**50 – PRINCIPAL RESPONSABILIDADE PELA DESIGUALDADE ENTRE NEGROS E BRANCOS (estimulada e única, em %)**



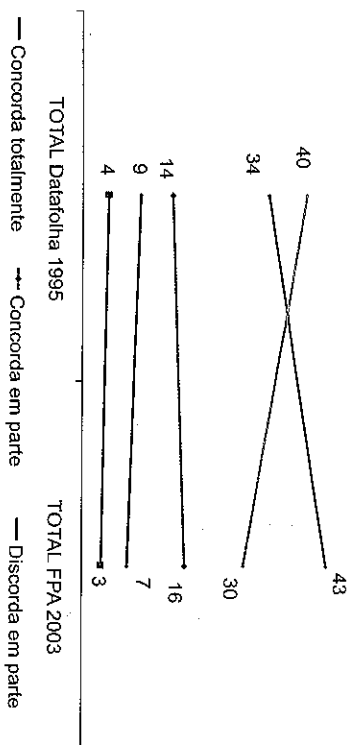
■ O preconceito e a discriminação que existe  
 ■ Os negros que não aproveitam as oportunidades que têm para melhorar de vida  
 ■ Outras respostas

**51 – POSIÇÃO SOBRE COTAS PARA NEGROS NAS UNIVERSIDADES E EMPRESAS (estimulada e única, em %)**



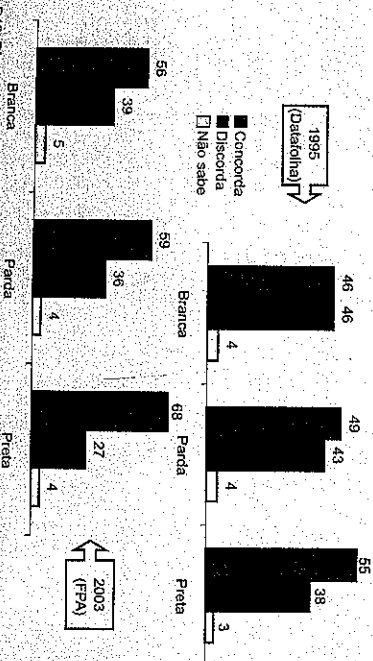
■ CONCORDA  
 ■ Em parte  
 ■ DISCORDA

Base: Total da amostra C

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE  
À DISCRIMINAÇÃO RACIAL**
**52 – EVOLUÇÃO DA POSIÇÃO SOBRE COTAS PARA  
NEGROS NAS UNIVERSIDADES E EMPRESAS**  
(estimulada e única, em %)


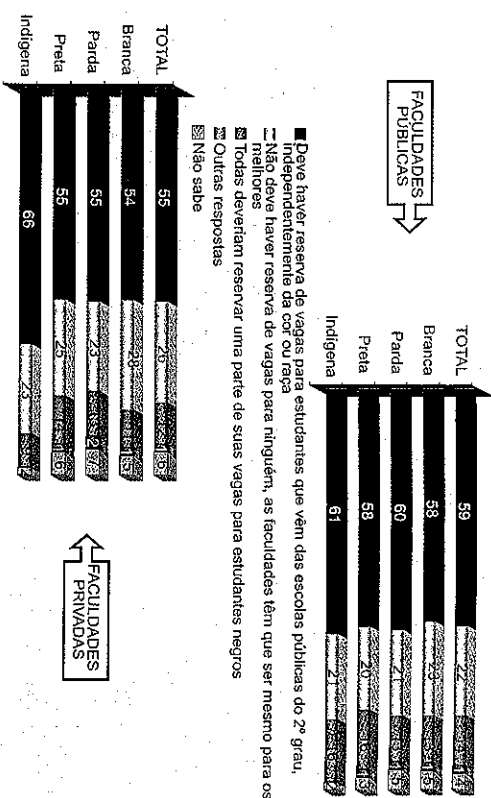
P48. Diante da discriminação passada e presente contra os negros, há pessoas que defendem a ideia de que a única maneira de garantir a igualdade racial é reservar uma parte das vagas nas universidades e dos empregos nas empresas para a população negra. O(a) senhor(a) concorda ou discorda com esta reserva de vagas de estudo e trabalho para os negros? Totalmente ou em parte?

Base: Filtro amostra C

**53 – POSIÇÃO SOBRE COTAS PARA NEGROS  
NAS UNIVERSIDADES E EMPRESAS**  
(estimulada e única, em %)


P48. Diante da discriminação passada e presente contra os negros, há pessoas que defendem a ideia de que a única maneira de garantir a igualdade racial é reservar uma parte das vagas nas universidades e dos empregos nas empresas para a população negra. O(a) senhor(a) concorda ou discorda com esta reserva de vagas de estudo e trabalho para os negros? Totalmente ou em parte?

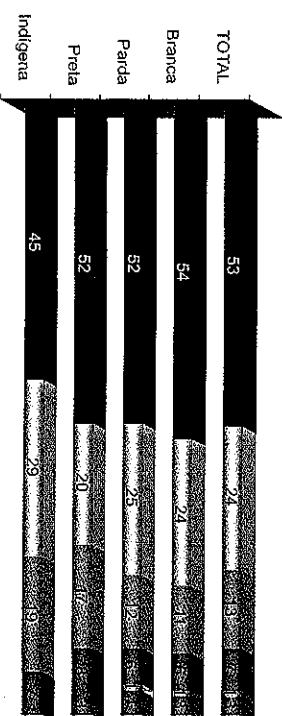
Base: Total da amostra C

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE  
À DISCRIMINAÇÃO RACIAL**
**54 – OPINIÃO SOBRE A POLÍTICA DE RESERVA  
DE VAGAS NAS FACULDADES**  
(estimulada e única, em %)


■ Deve haver reserva de vagas para estudantes que vêm das escolas públicas do 2º grau, independentemente da cor ou raça  
 ■ Não deve haver reserva de vagas para ninguém, as faculdades têm que ser mesmo para os melhores  
 ■ Todas deveriam reservar uma parte de suas vagas para estudantes negros  
 ■ Outras respostas  
 ■ Não sabe

P77a. Qual das seguintes frases se aproxima mais do que o(a) senhor(a) pensa sobre as universidades públicas? E em relação às faculdades particulares, com qual frase o(a) senhor(a) concorda mais?

Base: Total da amostra A

**55 – POLÍTICAS QUE O GOVERNO DEVERIA ADOTAR PARA  
DIMINUIR A DESIGUALDADE ENTRE NEGROS E BRANCOS  
QUE CHEGAM ÀS FACULDADES**  
(estimulada e única, em %)


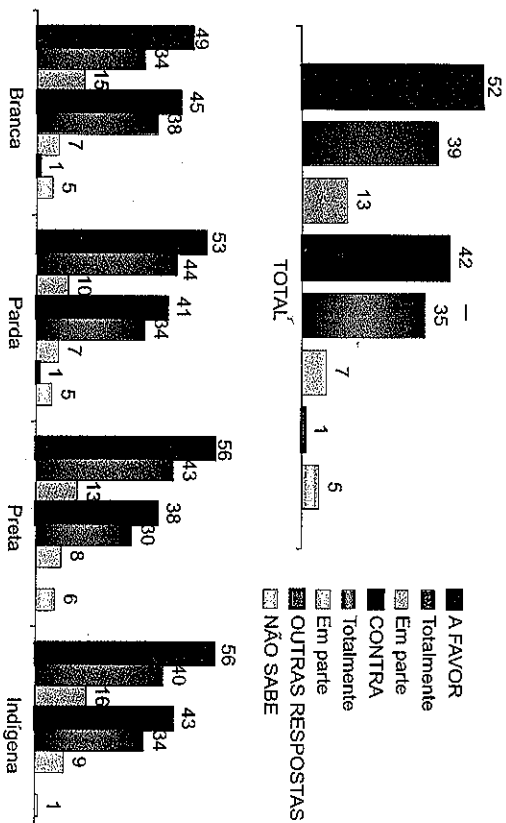
■ Melhorar a escola pública dando mais oportunidade a todos  
 ■ Outras respostas  
 ■ Abrir mais vagas nas faculdades para diminuir a concorrência  
 ■ Oferecer cursos pré-vestibulares gratuitos para estudantes negros  
 ■ Reservar uma parte das vagas nas faculdades para estudantes negros  
 ■ Não sabe

P78. Na sua opinião, o que seria melhor para diminuir a desigualdade entre o número de negros e o de brancos que chegam às faculdades?

Base: Total da amostra A

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO RACIAL**

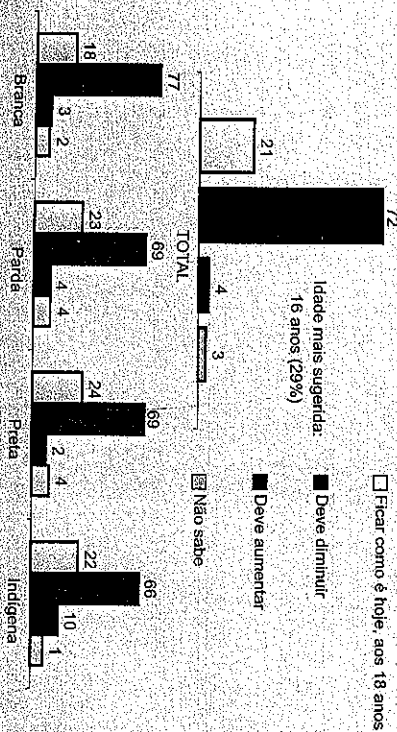
**56 – POSIÇÃO SOBRE RESERVA DE VAGAS PARA NEGROS NAS EMPRESAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**  
(estimulada e única, em %)



P96. O(a) senhor(a) é a favor ou contra a reserva de vagas para negros nas empresas e serviços públicos? Totalmente ou em parte?

Base: Total da amostra A

**57 – MAIORIDADE PENAL**  
(estimulada e única, em %)



P116. Na sua opinião, a idade mínima para que um jovem receba a mesma pena que um adulto deve:

Base: Total da amostra B

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO RACIAL**

**58 – RAZÕES PARA SER A FAVOR DA POLÍTICA DE COTAS NAS EMPRESAS**  
(espontânea e múltipla, em %)

	Base: Total da amostra A					Base: Total da amostra B				
	TOTAL	Branca	Parda	Preta	Indígena	TOTAL	Branca	Parda	Preta	Indígena
Base: Total da amostra A	1.668	771	552	262	73	1.668	771	552	262	73
PESOS: 100%	45%	33%	16%	4%		100%	46%	33%	16%	4%
Argumentos favoráveis à política de cotas	49	47	50	50	53	9	8	10	6	11
EMPREGOS	25	23	26	28	31	5	5	5	3	10
Os negros precisam ter oportunidade de emprego/trabalho	10	9	11	13	14	4	3	6	3	3
Os negros não têm a mesma oportunidade de trabalho que os brancos/prevalência e sempre do branco	4	4	4	4	6					
Os negros não têm a mesma oportunidade de trabalho que os brancos/prevalência e sempre do branco	4	4	4	4	6					
Todos têm direito ao trabalho/emprego	3	3	3	3	2					
Os negros teriam oportunidade de ingressar no serviço público	2	2	2	4	4					
Os negros precisam ter a mesma oportunidade que os brancos	2	2	2	2	3					
Todos pensam trabalhar/independente da cor, todo mundo precisa de trabalho	2	2	2	2	3					
Os negros merecem trabalhar/igual aos brancos/ao quanto os brancos	2	2	2	1	2					
Assim os negros vão ter empregos melhores com salários melhores	2	1	1	4	-					
Os negros têm direito ao trabalho	1	1	2	-	3					
Outras de discriminação	2	2	2	1	3					
Quanto à discriminação	12	13	13	8	11					
Os negros são discriminados nas empresas/são trabalhados/ajudam o negro a entrar no mercado de trabalho	9	9	9	8	8					
Acabaria com a discriminação entre negros e brancos se negros tivessem as mesmas oportunidades de emprego/trabalho que os brancos	2	3	2	1	-					
Outros também é discriminado gente como qualquer pessoa de outra cor	1	1	1	-	3					
Para acabar com a desigualdade contra os negros/sem todos são tratados igualmente/para igualar com os brancos/para os negros não se sentirem discriminados devem ter o mesmo tratamento	4	3	6	3	3					
Oportunidades/Privilegios	5	4	5	8	5					
Os negros precisam ter a mesma oportunidade que os brancos	2	2	2	2	4					
Todos devem ter oportunidades/difícil mas merecemos uma chance, independentemente da cor	2	2	2	2	-					
Os negros precisam ter a mesma oportunidade que os brancos	1	1	1	4	1					
Capacidade/Competência	3	2	3	3	3					
Os negros têm a mesma capacidade (intelectualidade) que os brancos/negros são tão capazes quanto os brancos	2	1	2	2	3					
Outras de capacidade/competência	1	1	-	1	-					
Preconceito	2	2	3	1	3					
Os negros sofrem mais preconceito para conseguir trabalho/emprego	2	1	2	1	1					
Outras de preconceito	1	-	1	-	1					
Condições de vida	2	1	2	1	1					
Para o negro deixar de ser pobre/para conseguir trabalho/emprego para deixar de passar miséria	1	1	1	-	1					
Outras de condições de vida	1	-	-	1	-					
Outras favoráveis à política de cotas	5	5	5	7	4					
Não sabe	7	7	7	8	3					

P97. Por que o(a) senhor(a) é contra ou a favor da reserva de vagas para negros nas empresas e serviços públicos?

Base: Total da amostra A

**59 – RAZÕES PARA SER CONTRA A POLÍTICA  
DE COTAS NAS EMPRESAS**  
(espontânea e múltipla, em %)

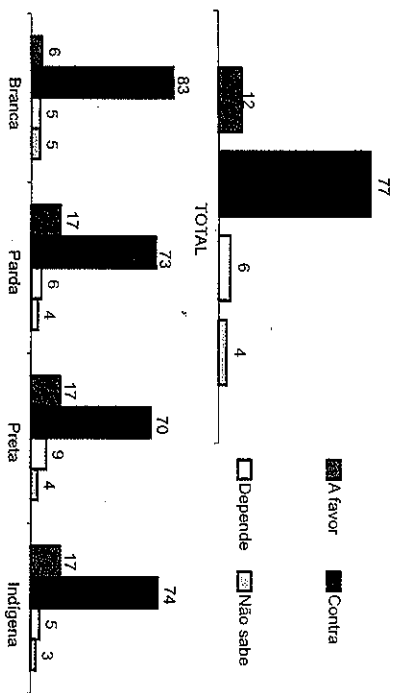
Base: Total da amostra A	TOTAL	Branca	Parda	Preta	Indígena
	1.668	771	552	262	73
<b>PESOS:</b>	100%	46%	33%	16%	4%
Argumentos desfavoráveis às cotas	50	52	47	47	48
Igualdade	17	18	17	12	25
Todos deveriam ter os mesmos direitos/loços têm os mesmos direitos e deveres	9	10	9	6	11
Não tem que ter reservas porque somos todos iguais/não pode separar ninguém/ninguém é melhor que ninguém/tem que concorrer igualmente	9	9	8	7	13
Capacidade/Competência	15	17	14	15	10
A pessoa tem que ser escolhida pela competência/capacidade/pelo potencial	8	8	7	10	7
Negros e brancos têm a mesma capacidade/potencialidade	4	5	4	2	1
Todos têm a mesma inteligência	2	2	1	2	-
Pode parecer que os negros não têm capacidade/dá uma conotação de que a pessoa não possui capacidade	1	1	1	2	1
Tem que haver competição/disputa/concorrência	1	1	1	1	1
Oportunidades/privilégios	8	10	7	7	5
Não deve haver privilégios/todos devem ter a mesma chance/opportunidades iguais para todos	3	3	3	3	3
Tem que batalhar/se esforçar/ir a lutar/tem que conseguir pelo seu próprio esforço	3	4	2	3	3
Ninguém deve ter privilégio independentemente da raça/não se deve usar a cor como desculpa	2	2	1	1	-
Emprego	7	6	8	5	12
Todos merecem trabalhar independentemente da cor/fos precisam de emprego/de trabalho para sobreviver/quaiquer um pode ocupar qualquer cargo independentemente da cor	4	3	6	3	7
Todos têm direito ao trabalho/emprego	1	1	1	1	1
Todos têm direito a concorrer às vagas como qualquer tipo de trabalhador	1	*	1	*	1

Discriminação	6	6	5	7	7
É uma forma de discriminação/a discriminação vai continuar/ negro vai se sentir discriminado/tem que dar condições para competir	4	4	4	6	6
Causa discriminação entre os brancos	1	1	1	1	1
Qualificação/preparo	6	6	5	6	1
Porque as vagas devem ser para pessoas com melhor qualificação/melhor preparo/para quem for o melhor	4	4	3	4	1
Tem que passar no teste/nas provas/avaliação/entrar por meio de concursos como todos	1	1	2	1	-
Tem que estudar/fazer cursos	1	1	1	-	-
Quantidades de vagas	3	3	5	2	3
Por serem iguais, todos têm que ter a mesma quantidade de cotas/vagas/meiade para brancos e meiade para negros	3	3	4	2	3
Educação	3	4	2	6	-
Tem que estudar	1	1	*	3	-
Deveriam qualificar os negros para poder competir com os brancos	1	1	*	1	-
Outras referentes à educação	1	1	*	1	-
Racismo	3	4	3	2	5
É uma forma de racismo/concretiza o racismo/incentiva o racismo/reservando vagas estamos discriminando e isso é racismo	3	3	2	2	4
Preconceito	2	2	1	3	4
A obrigatoriedade é uma forma de preconceito/ é uma forma de preconceito	1	1	1	2	3
Pode gerar mais preconceito/só irá aumentar o preconceito	1	1	1	1	-
Condições de vida	1	1	1	*	4
Outras desfavoráveis à política de cotas	1	1	1	1	-

Pg7. Por que (a) senhor(a) é contra ou a favor da reserva de vagas para negros nas empresas e serviços públicos?

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO RACIAL**

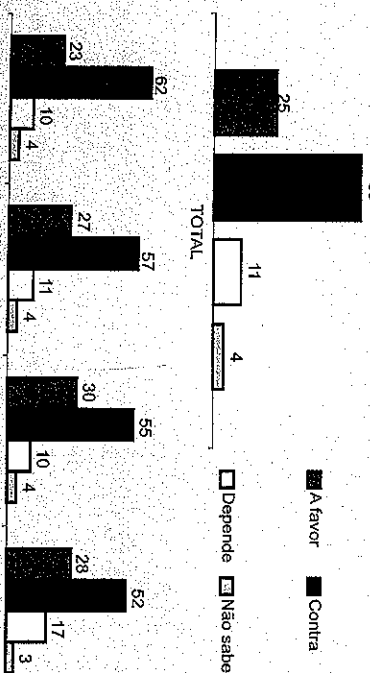
**60 – POSIÇÃO SOBRE OS NEGROS SE APOSENTAREM MAIS CEDO**  
(estimulada e única, em %)



P98. O(a) senhor(a) é a favor ou contra que a população negra possa se aposentar mais cedo que a população branca?

Base: Total da amostra A

**61 – POSIÇÃO SOBRE OS NEGROS SE APOSENTAREM MAIS CEDO, CONSIDERANDO AS DESIGUALDADES NO MERCADO DE TRABALHO**  
(estimulada e única, em %)



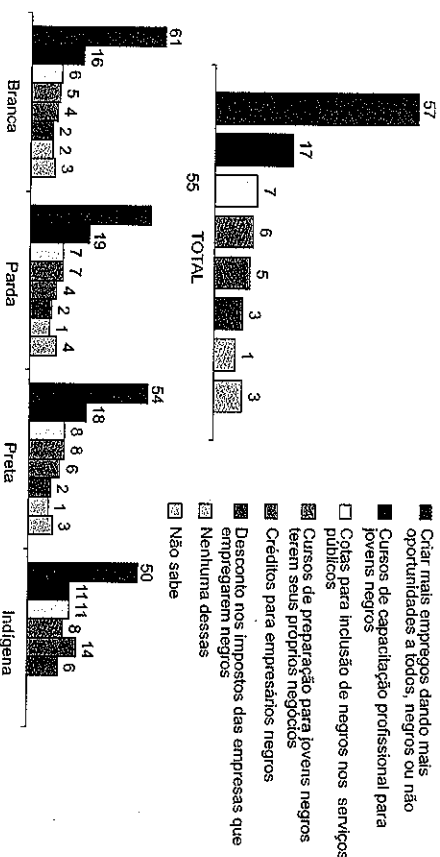
P99. E considerando que em geral os negros entram mais cedo no mercado de trabalho, exercem trabalho mais pesado e têm expectativa de vida menor que a dos brancos, o(a) senhor(a) é...

Base: Entrevistados(as) que são contra os negros se aposentarem antes dos brancos – amostra A

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO RACIAL**

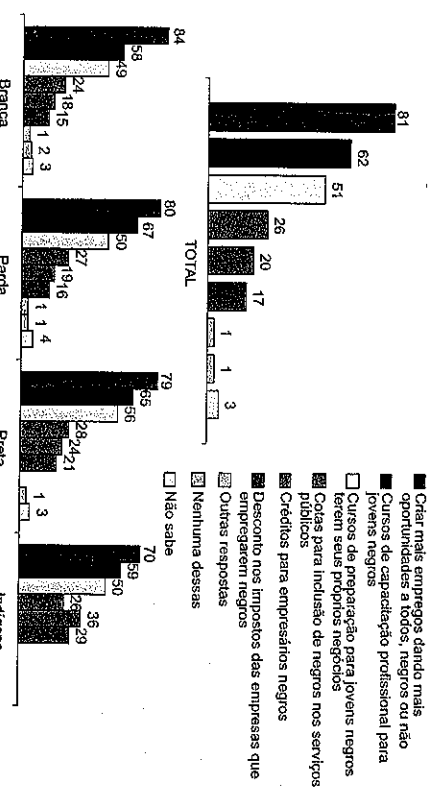
**62 – PRINCIPAIS MEDIDAS DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E À DESIGUALDADE NO MERCADO DE TRABALHO A SEREM ADOTADAS PELO GOVERNO**

ESTIMULADA E ÚNICA, EM %



P100. Na sua opinião, de qual destas questões o governo deveria cuidar primeiro para combater a discriminação e a desigualdade racial no mercado de trabalho?

ESTIMULADA E ÚNICA, EM %



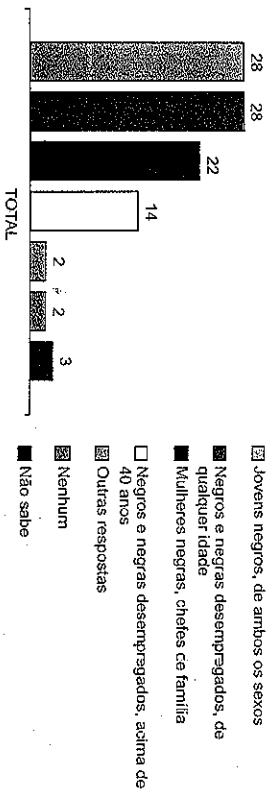
P100. Na sua opinião, de qual destas questões o governo deveria cuidar primeiro para combater a discriminação e a desigualdade racial no mercado de trabalho? E em 2º lugar? E em 3º lugar?

Base: Total da amostra A

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO RACIAL**

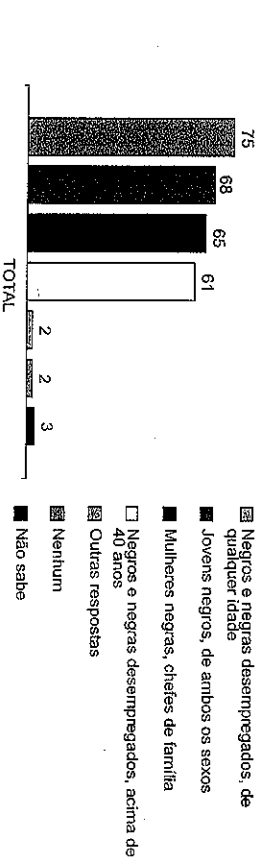
**63 – PRINCIPAIS GRUPOS A SEREM RECOLOCADOS PELO GOVERNO NO MERCADO DE TRABALHO**

**ESTIMULADA E ÚNICA, EM %**



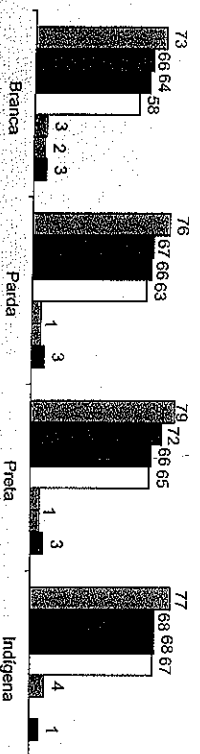
P101. Na sua opinião, para qual destes grupos o governo deveria tomar medidas primeiro, para que pudessem entrar no mercado de trabalho?

**ESTIMULADA EM MÚLTIPLA, EM %**



P101. Na sua opinião, para qual destes grupos o governo deveria tomar medidas primeiro, para que pudessem entrar no mercado de trabalho? E em 2º lugar? E em 3º lugar?

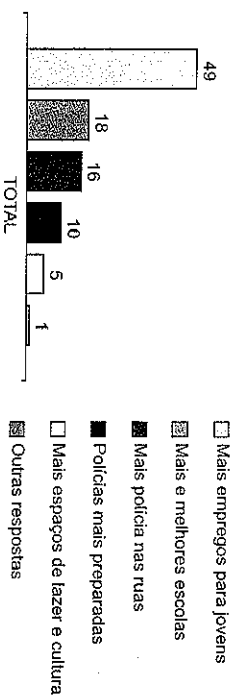
Base: Total da amostra A



**POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO RACIAL**

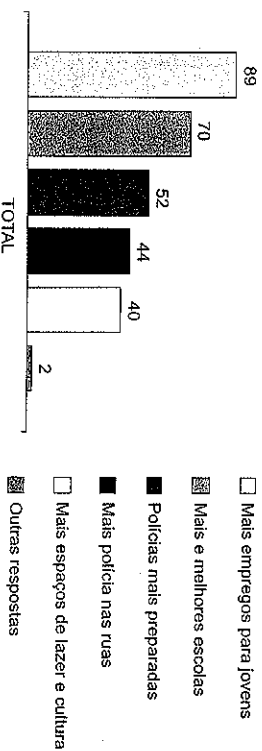
**64 – PRINCIPAIS AÇÕES DE COMBATE AO PROBLEMA DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE ENTRE OS JOVENS**

**ESTIMULADA E ÚNICA, EM %**



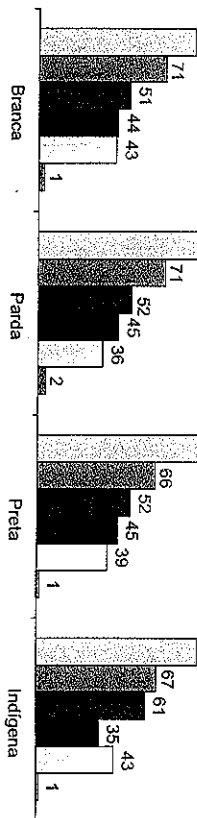
P117. Na sua opinião, qual destas ações seria melhor para combater o problema da violência e da criminalidade entre os jovens?

**ESTIMULADA EM MÚLTIPLA, EM %**



P117. Na sua opinião, qual destas ações seria melhor para combater o problema da violência e da criminalidade entre os jovens? E em 2º lugar? E em 3º lugar?

Base: Total da amostra B





## 65 – GRUPOS DE PESSOAS QUE NÃO GOSTA DE ENCONTRAR (estimulada e única, em %)

P7 – ESTIMULADA E ÚNICA	P10 + P11	
	TOTAL	Branca Não-branca
Base: Total da amostra C	1671	748 919
PESOS:	100%	45% 55%

T = Total, B = Brancos e NB = Não-Brancos

	Racismo		Inferência		Satisfação/ ALEGRIA		Outras respostas		Não satisfazem respostas					
	T	B NB	T	B NB	T	B NB	T	B NB	T	B NB				
USUÁRIOS DE DROGAS	41	40	42	34	31	3	2	4	20	21	21	2	2	2
GENTE QUE NÃO ACREBITA EM DEUS	41	37	43	38	39	37	2	2	14	15	11	4	4	4
TRAVESTIS	28	28	28	53	55	52	5	4	6	9	9	8	5	4
PROSTITUTAS/ GAROTOS DE PROGRAMA	27	26	27	52	54	51	5	3	6	11	12	10	4	3
GAYS E LÉSBICAS	26	26	26	54	55	54	7	6	9	8	8	8	4	4
CIGANOS	26	26	26	53	54	52	11	10	11	7	7	6	4	3
GENTE MUITO RICA	20	20	20	59	60	59	13	12	13	5	5	4	3	3
EX-RESPIRÁRIOS	17	16	17	49	51	48	10	9	11	17	17	15	6	6
GENTE MUITO RELIGIOSA	15	17	14	32	33	31	47	44	50	4	4	4	1	2
JUDEUS	12	11	14	59	64	55	9	10	9	4	3	4	16	12
PESSOAS COM AIDS	9	7	10	45	48	43	7	7	8	31	33	31	6	5
MUÇULMANOS	8	6	10	62	67	57	8	9	8	4	4	4	18	14
MENDIGOS	8	7	9	32	33	32	7	6	8	49	50	49	2	2
CRANÇAS DE RUA	6	5	7	30	32	29	13	10	16	47	50	45	2	2
ESTRANGEROS EM GERAL	5	3	5	63	66	61	19	19	19	4	4	4	10	8
DESEMPREGADOS	4	4	4	40	43	38	9	8	10	44	42	44	3	3
INDIOS	3	2	4	52	56	49	33	30	35	5	6	5	7	6
ASIÁTICOS OU ORIENTAIS	3	2	3	60	65	56	21	20	22	4	3	4	12	9
BRANCOS	2	1	2	55	58	53	37	36	39	3	2	4	3	3
NEGROS	2	1	2	53	59	48	40	34	45	4	4	3	1	1
POBRES	1	1	2	45	48	42	31	26	35	20	22	16	2	1
IDOSOS	1	*	1	28	31	26	57	55	59	13	13	12	1	1
JOVENS	1	1	1	31	34	29	64	61	66	3	3	3	1	1
DEFICIENTES FÍSICOS	1	1	1	38	39	37	16	13	18	42	44	40	2	2

P7. Vou falar alguns tipos de pessoas e gostaria que o(a) senhor(a) me dissesse o que o(a) senhor(a) sente normalmente quando vê ou encontra desconhecidos do tipo deles: forte repulsa ou ódio, não gosta nem um pouco de encontrar, um pouco de antipatia, não gosta muito, prefere não encontrar, sente indiferença, não gosta, nem desagrada, tanto faz encontrá-los ou não, sente satisfação ou alegria, gosta de encontrá-los?

P10. No Brasil tem gente de várias cores ou raças. Qual é a sua cor?

P11. O(a) senhor(a) dita que a sua cor ou raça é: branca, preta, parda, amarela ou indígena?

Base: Total da amostra C

## Índice dos quadros

1. Perfil sociodemográfico (quadros 1 a 12) ..... p. 131
2. Identidade racial (quadros 13 a 16) ..... p. 138
3. Percepção do racismo (quadros 17 a 20) ..... p. 140
4. Evolução do preconceito racial no Brasil (quadros 21 a 34) ..... p. 142
5. Discriminação racial (quadros 35 a 43) ..... p. 151
6. Políticas públicas de combate à discriminação racial (quadros 44 a 64) p. 157
7. Xenofobia (quadro 65) ..... p. 174